

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A EVASÃO DOS/AS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DO
BAIRRO NOVA SANTA MARTA EM SANTA MARIA-RS:
DESVELANDO ALGUNS DETERMINANTES**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ana Flávia Roatt de Oliveira
Acadêmica do Serviço Social - UFSM

**Santa Maria, RS
2017**

**A EVASÃO DOS/AS ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DO
BAIRRO NOVA SANTA MARTA EM SANTA MARIA-RS:
DESVELANDO ALGUNS DETERMINANTES**

Ana Flávia Roatt

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr^a. Cristina Kologeski Fraga

Santa Maria, RS, Brasil

2017

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso:

**A evasão dos/as adolescentes nas escolas do bairro Nova
Santa Marta em Santa Maria - RS: desvelando alguns determinantes**

elaborado por:

Ana Flávia Roatt de Oliveira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA:

Cristina Kologeski Fraga, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Fabio Gaviraghi, Dr. (UFSM)

Santa Maria, dezembro de 2017.

Esse trabalho é dedicado à comunidade do Bairro Nova Santa Marta, especialmente às/aos estudantes da Escola Marista Santa Marta que fizeram parte do projeto de intervenção no estágio II da acadêmica: *Camile Vitória Castro, Camile Miler, Diozeppy Ernesto, Dyeniffer Rodrigues, Emmanuel Campos, João Pedro da Silva, Kelly da Silva, Natali dos Santos e Pietra Ribeiro*, as/os quais compartilharam suas vivências comigo e contribuíram significativamente para a minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Às instituições e aos/às participantes que colaboraram com a pesquisa que originou esse trabalho: Universidade Federal de Santa Maria - Curso de Serviço Social; Conselho Tutelar – Zona Oeste; 8ª Coordenadoria Regional de Educação – 8ª CRE; Secretaria Municipal de Educação – SMED; Escola Municipal Professor Adelmo Simas Genro; Escola Estadual Santa Marta e Escola Marista Santa Marta.

À minha mãe Antonia e ao meu pai João por acreditarem em mim e em meus sonhos, e, por não colocarem limites para torná-los possíveis.

À minha irmã Priscila, que me incentivou com as primeiras inspirações para seguir acreditando em uma sociedade mais igualitária e emancipatória. E ainda incentiva!

À minha avó Eva Suely e ao meu avô Alcy por me ensinarem tudo sobre o bem, o amor, o cuidado e o carinho.

À minha orientadora professora Cristina Kologeski Fraga, por ser uma grande educadora e amiga nesse momento, proporcionando trocas de conhecimento, parceria e afeto.

Às assistentes sociais e supervisoras de campo nas disciplinas de estágio I e II, Caroline Dutra e Ketheni Taschetto, que compartilharam saberes e muita experiência, enquanto assistentes sociais comprometidas com a classe trabalhadora.

À IV turma de Serviço Social, colegas e companheiros/as de luta, em especial Adriele Manjabosco, Andressa Teodoro, Kaena Farias, Mariana Marques pelos inúmeros trabalhos em grupo e desabafos nas intermináveis viagens de ônibus.

À colega e amiga Zaida Castro, com quem construí uma parceria sincera de cumplicidade, amparo, afeto e amor ao longo desses anos.

[...] ser revolucionário é fazer em cada momento o mais revolucionário que nesse momento se possa fazer”

(Fidel Castro)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é oriundo de uma pesquisa denominada “A evasão dos/as adolescentes nas escolas do bairro Nova Santa Marta em Santa Maria - RS: desvelando alguns determinantes”. Caracterizou-se como uma pesquisa documental do tipo quanti e qualitativo, compreendendo em sua amostra a totalidade de estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio em situação regular no ano de 2016, além de três conselheiros/as tutelares da região oeste de Santa Maria. Os resultados foram analisados através de estatística simples e análise de conteúdo. Os objetivos estavam centrados em compreender a taxa de evasão das escolas pesquisadas, além de desvelar alguns determinantes para esse abandono escolar. O referencial teórico apreende algumas categorias importantes que foram coletadas nas entrevistas, entre elas a constituição do território do bairro, a conceituação de trabalho e a exploração infanto-juvenil, a educação enquanto direito social e, ainda, a relação entre a evasão escolar e a desigualdade de renda. Nos resultados são apontados alguns determinantes para o abandono escolar, as taxas por escola, idade dos/as adolescentes, bem como as séries mais evadidas.

Palavras chaves: Evasão escolar. Adolescentes. Desigualdade Social. Pobreza.

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course is from a research denominated "The evasion of the adolescents in the schools of the neighborhood Santa Marta in Santa Maria - RS: revealing some determinants". It was characterized as a quantitative and qualitative documentary research, comprising in its sample the total number of students enrolled in the final years of elementary school and in regular high school in 2016, in addition to three guardians of the west region of Santa Maria. The results were analyzed through simple statistics and content analysis. The objectives were centered on understanding the rate of dropout of the schools surveyed, in addition to revealing some determinants for this dropout. Theoretical framework includes some important categories that were collected during interviews, including the constitution of the neighborhood, work conceptualization and child and youth exploitation, education as a social right, and the relationship between school dropout and rent inequality. The results indicate some determinants for school dropout, rates per school, age of adolescents, as well as the most evaded series

Keywords: School evasion. Adolescents. Social inequality. Poverty

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EVASÃO ESCOLAR E O BAIRRO NOVA SANTA MARTA: ABORDANDO ALGUMAS CATEGORIAS IMPORTANTES	13
2.1 A NOVA SANTA MARTA ENQUANTO TERRITÓRIO.....	13
2.2 A CATEGORIA TRABALHO EM SUA AMPLITUDE.....	19
2.2.1 A exploração infanto-juvenil na sociedade capitalista contemporânea	23
2.3 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL.....	25
2.4 A EVASÃO ESCOLAR, O CICLO DA POBREZA, A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E O RISCO SOCIAL.....	28
3 METODOLOGIA	33
3.1 O MÉTODO DA PESQUISA.....	35
3.2 AMOSTRA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4 RESULTADOS	40
4.1 A EVASÃO NAS ESCOLAS DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA E O FUNCIONAMENTO DA FICAI.....	40
4.2 SOBRE OS CONDICIONANTES PARA A EVASÃO ESCOLAR.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6 REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve sua origem em uma pesquisa nominada “A evasão dos/as adolescentes nas escolas do bairro Nova Santa Marta em Santa Maria - RS: desvelando alguns determinantes”, que teve como proposta uma pesquisa documental retrospectiva do ano de 2016, do tipo quantitativa e qualitativa.

O objetivo central da pesquisa em questão era desvelar os determinantes da evasão escolar nas escolas de ensino fundamental e médio do setor público e privado do bairro Nova Santa Marta, localizado na zona oeste da cidade de Santa Maria -- RS. Com vistas a dar visibilidade aos rebatimentos da não permanência destes/as estudantes nas escolas pesquisadas. Além de compreender a taxa de evasão por escola e identificar entre elas a que maior apresentava esse índice.

O problema de pesquisa abordado através da análise empírica da região é investigar: quais fatores interferem na evasão escolar dos/as adolescentes do Bairro Nova Santa Marta em Santa Maria –RS?

A hipótese dessa pesquisa era de que existe a evasão escolar, principalmente dos/as adolescentes do 8º e 9º ano do ensino fundamental da região pesquisada e no ensino médio, tomando por base a única escola daquele bairro que oferta esse nível que é a Escola Santa Marta, supõe-se que a evasão também acontece, especialmente no decorrer do 1º ano do ensino médio, e, tem como alguns fatores determinantes para essa evasão a insuficiência de renda familiar, o trabalho informal e infanto-juvenil.

Durante o período de estágio supervisionado da acadêmica em Serviço Social, na Escola Fundamental Marista Santa Marta, localizada nessa região, observou-se que a questão da falta de renda é algo bastante significativo e muitas famílias utilizam programas de transferência de renda para o complemento do sustento do grupo familiar. O trabalho informal ainda é muito recorrente e, em decorrência disso, a falta de amparo aos direitos trabalhistas, além do número reduzido de turmas, a partir do 8º ano do ensino fundamental, apontando que existe uma redução da demanda nos anos finais desse nível de ensino.

Resultante da miserabilidade, desigualdade social, naturalização e institucionalização da violência social presentes no território a ser pesquisado, relacionam-se outras expressões da questão social que são eminentes na escola. Além disso, a inserção dos/as adolescentes no mercado de trabalho passa ser frequente para contribuir com a renda da família, observou-se uma grande procura

através dos diários de campo relatados pela estagiária, tanto dos/as familiares como dos/das adolescentes, para o ingresso no programa jovem aprendiz.

As demandas da região estão ligadas à desigualdade, não se pode esquecer que a desigualdade é expressão da questão social, e que essa pode ser entendida “como o conjunto dos antagonismos expressos na relação capital versus trabalho” (Guiraldelli, 2014, p. 104). Dessa forma, através das relações sociais que são produzidas e reproduzidas na sociedade capitalista, onde os meios de produção e os lucros são individuais e privados, mas a produção é coletiva, é que se assenta a desigualdade, de forma naturalizada e institucional que reitera sempre para alguns as riquezas e para grande maioria da população resta à pobreza.

O referencial teórico abordou à análise desse bairro enquanto território fazendo um breve resgate histórico sobre a constituição desse lugar e a importância dos primeiros moradores, por ser originário de reivindicações e lutas populares para a conquista de moradias. Além de trazer uma contextualização sobre as desigualdades sociais do Brasil desde a primeira divisão de terras até as expansões que contribuíram para as disparidades regionais que existem até os dias atuais.

Aborda-se a educação enquanto direito social, provido pelo Estado e elencado na “Constituição Cidadã” de 1988 para fazer um contraponto sobre o que está no papel e o que de fato está na realidade dos jovens brasileiros. Além disso, associa-se o problema de pesquisa com as desigualdades sociais, fazendo uma análise sobre as desigualdades educacionais e a desigualdade de renda em nível de Brasil para entender melhor porque é tão difícil romper com o ciclo da pobreza e com a baixa escolaridade dessas pessoas.

No que se refere a metodologia, a pesquisa foi retrospectiva documental quantitativa-qualitativa, a análise se deteve ao ano de 2016, através dos dados fornecidos pelas escolas privada, municipal e estadual, respectivamente a Escola Marista Santa Marta, Escola Municipal Adelmo Simas Genro e Escola Estadual Santa Marta ambas do bairro Nova Santa Marta, e os dados do Conselho Tutelar presentes na Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), a fim de verificar os condicionantes do abandono escolar. A amostra da pesquisa foi dos/as estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, em ensino regular matriculados/as em todo ano de 2016, com todas as turmas dessas séries.

Na parte qualitativa da pesquisa foram realizadas entrevistas com três conselheiros/as tutelares do Conselho Tutelar da Zona Oeste de Santa Maria,

buscando compreender a demanda e os condicionantes referentes a evasão escolar desse público-alvo.

Os resultados foram analisados e interpretados a partir da estatística simples e análise de conteúdo, demonstrados através de gráficos e problematizados considerando a escolha do método empregado na pesquisa, que é o materialista dialético-crítico.

2 A EVASÃO ESCOLAR E O BAIRRO NOVA SANTA MARTA: ABORDANDO ALGUMAS CATEGORIAS IMPORTANTES

Nesse capítulo serão discutidas algumas categorias que possuem relevância para o entendimento da pesquisa que originou esse trabalho de conclusão de curso, em um primeiro momento será discorrido sobre o bairro de escolha para análise das escolas, através da percepção de território.

Será pontuado também a categoria trabalho, enquanto um conceito de suma importância para se entender as relações sociais, aborda-se este elemento em sua origem e suas modificações na sociedade capitalista.

A discussão da educação enquanto direito social e a associação da evasão escolar com o ciclo da pobreza permeiam esse capítulo que visa ampliar teoricamente o olhar para essa questão.

2.1 A NOVA SANTA MARTA ENQUANTO TERRITÓRIO

Compreende-se que para um melhor entendimento sobre o que visa este Trabalho de Conclusão de Curso, faz-se relevante perceber enquanto território o bairro Nova Santa Marta, localizado na zona oeste da cidade de Santa Maria - RS, para que possa se aproximar de algumas características pertinentes ao público delimitado neste estudo, bem como a comunidade em geral. Para isso será elencado no texto o conceito do uso de território, como se constituiu o território brasileiro e a formação do território do bairro em questão e suas particularidades.

Santos e Silveira (2012) pontuam que é muito frequente a confusão entre território e espaço, porém ambos compreendem que para existir um espaço ou um país é preciso antes existir um território, pois esse tem um significado político. E o contrário, por exemplo um Estado ou país não poderia existir sem o território.

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (Ibidem, p. 19).

Os autores colocam que o que é essencial nas discussões de território é o território usado e como é ou foi constituído. Só é através dele se pode compreender as formas geográficas, as formas sociais, jurídicas, políticas de determinada região ou em um aspecto mais amplo de um estado ou país.

Para Sposati (2013), a percepção de território deve ser feita de forma dinâmica, pois não é algo estático, ele se determina não só através de coisas materiais como também subjetivas. É a partir das vivências e das relações dos sujeitos que se pode estabelecer conexões em comum que propiciam uma identidade coletiva. “Estabelecer um determinado espaço de referência não significa criar isolamento ou barreiras (...) referir-se a um espaço vinculado a um conjunto de interesses ou características é uma forma de identifica-lo” (SPOSATI, 2013, p.8). Ou seja, tornar visíveis essas identidades que são moldadas através das relações sociais e da realidade dos sujeitos sem a intenção de segregar, mas sim, reconhecer socialmente às suas particularidades analisadas dentro da totalidade visando estratégias políticas para melhor qualidade de vida dessas pessoas.

Contextualizar, espacialmente, a história é como lhe conferir pés, pois isto permite o conhecimento de estradas, caminhos, marchas e contramarchas, movimentos, contornos particulares, heterogeneidades, diversidades e desigualdades. A historicização plantada em um chão de relações impulsiona a leitura de expressões da questão social. (Ibidem, p. 8).

Analisando em nível de Brasil, esse país tem uma expansão territorial muito grande, está dividido atualmente em cinco regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, e é composto por 26 estados e o distrito federal. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a estimativa da população é de 207.342.322 (duzentos e sete milhões trezentos e quarenta e dois mil trezentos e vinte e duas) pessoas, com tempo médio para o aumento dessa população de 20 segundos por pessoa.

Houve muitos movimentos históricos que constituíram e transformaram o Brasil no que ele é hoje, desde o período em que era habitado apenas pelos indígenas, até o momento em que foi disputado pelos países europeus e após se tornou colônia de Portugal, a primeira República, a Nova República, os períodos de ditadura, o processo de redemocratização e tantos outros momentos significativos vivenciados pelos sujeitos que moldaram a história desse lugar em todos os aspectos, seja eles geográficos, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Conforme o IBGE (2011), a primeira divisão feita pela monarquia internamente no Brasil foi entre os anos de 1534 a 1536, quando dividiu-se 14 capitanias hereditárias que foram doadas à pessoas oriundas da baixa nobreza que tinham se comprometido em responder economicamente pela “empresa colonizatória”. Cabia a elas enquanto representantes do poder real, a função administrativa e a proteção militar daquelas terras. Em troca, os capitães recebiam rendas e privilégios como terras, tributos sobre a coroa, pensão de tabeliões e ainda o “monopólio sobre moinhos, fornos, engenhos e passagens fluviais” (Ibidem, sem p.).

Nessa pequena passagem de texto acima, já se pode saber muito sobre o Brasil atual e entender porque ainda poucas pessoas tem o detrimento da riqueza socialmente adquirida e, mais, compreender porque ela não é devidamente distribuída, pois entre outras problemáticas, a questão da hereditariedade de grandes latifúndios ainda é uma marca muito forte existente nessa nação, onde passados quase quinhentos anos dessa errônea divisão, a reforma agrária de fato, nunca aconteceu.

Santos e Silveira (2012), destacam que em pelo menos três séculos o povoamento brasileiro utilizava os recursos naturais a seu favor como a correnteza, os ventos, os solos, porém a intervenção do homem com a natureza era através da técnica do corpo e não de máquinas. As demandas correspondiam apenas as necessidades locais e isso acontecia também em escala mundial, a expansão das técnicas ocorreu com a atividade canvieira e a partir da metade do século XIX incorpora outras significações como as estradas de ferro, a navegação a vapor, mecanização dos portos e o telégrafo. Com a implantação de ferrovias há uma crescente nas indústrias de consumo e a expansão ocorre mais amplamente nas cidades com maior intercâmbio de transportes, ou seja região sul e sudeste “uma integração econômica que tem dificuldade para se difundir pelo resto do território” (Ibidem, p. 252)

Não é em vão que São Paulo se torna uma grande metrópole e concentra seu poder enquanto cidade empregadora, já que possui uma produção industrial forte e abriga uma densa população, também não é em vão as desigualdades regionais que até hoje podem ser observadas ainda que mais minimizadas nos dias atuais.

Um comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) apontou as diferenças regionais no decréscimo de pobreza absoluta (renda *per capita* de até meio salário mínimo mensal) e extrema (renda *per capita* de até ¼ do salário

mínimo mensal) no Brasil, de forma geral entre 1995 e 2008 a redução foi de 33,6% e 49,8% respectivamente. Porém, ao analisar esse índice por regiões, observa-se que nesses anos, a região com maior redução da pobreza absoluta e extrema¹ foi a região sul com 47,1% de redução da pobreza absoluta e 59,6% de pobreza extrema, enquanto a região com menos diminuição dessas estatísticas foi a norte, com redução da pobreza absoluta em apenas 14,9% e extrema de 22,8%, o número dessa última região é inferior a metade da porcentagem da região sul, no que tange a pobreza absoluta e muito significativo na pobreza extrema.

Santos e Silveira (2012) indicam que o processo de globalização contribuiu para o agravamento dessa concentração econômica, o que aumenta as disparidades regionais, a partir de novas formas de dominação, pois agora a informação é a nova forma de poder. Outro ponto abordado é que com esse processo o interesse pelo mercado interno cai e o privilégio é direcionado para as exportações através de empresas globais. A consequência disso é o investimento por parte dessas multinacionais somente em lugares onde há interesse para a sua demanda e o território passa a querer apenas suprir essas necessidades e esquece da realidade local ou nacional.

São inúmeros os destaques que se pode dar em nível de Brasil para compreender os seus aspectos, mas os anteriormente citados já dão uma noção sobre as diferenças que cercam esse lugar tão vasto. A influência que esse país sofreu e sofre de países tidos como desenvolvidos ainda acarreta em muitos prejuízos para a população brasileira, pois o interesse nas relações externas é a principal referência nacional e sua preocupação no pagamento dessa dívida com esses países traz retrocessos e comprime os direitos sociais para um investimento mais intensivo no âmbito econômico.

Na cidade de Santa Maria- RS, segundo o IBGE (2017) a população estimada para o ano de 2016 era de 277.309 (duzentos e setenta e sete mil trezentos e nove) pessoas, esse lugar se destaca pela grande quantidade de jovens por ter uma universidade federal, além do comércio como o maior empregador e o setor público através da Universidade Federal de Santa Maria, o Hospital Universitário que é referência em saúde na região e do Exército Brasileiro incluindo a Base Aérea de

¹ Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010), pobreza é o rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal. Enquanto pobreza extrema é o rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo mensal.

Santa Maria. Destaca-se também algumas indústrias localizadas no Distrito Industrial que se somam na produção empregadora.

O bairro Nova Santa Marta, localiza-se na zona oeste da cidade, para aprofundar mais sobre esse território, faz-se importante fazer um resgate histórico sobre esse lugar, elenca-se aqui destaques importantes sobre a região. Scherer (2005), analisa a evolução espacial e o histórico desse bairro oriundo de uma ocupação urbana, nesse mesmo ano a comunidade tinha em média vinte e um mil moradores.

O lugar onde está concentrada a Nova Santa Marta fazia parte de uma fazenda nomeada Santa Marta, pertencia a dois irmãos naturais de Alegrete-RS que direcionavam apenas a criação de gado nesse espaço. Desapropriada no ano de 1978 pelo governo estadual, foram construídas 872 habitações e repassado alguns hectares de terras para a Companhia Estadual de Habitação do estado do Rio Grande do Sul para a construção de novas habitações em 5 anos, porém isso não se realizou e o acordo foi desfeito retornando essa área para o estado. (SCHERER, 2005).

Nos anos 1990, eram tempos em que os direitos estavam sendo comprimidos, pois a questão econômica no país era crítica e a administração estava mais preocupada em equilibrar a situação financeira do que com as desigualdades crescentes da população. Nesse sentido, Scherer (2005) aponta que havia um descaso com a problemática da habitação, então movimentos da questão urbana e luta por espaços e moradias estavam fazendo articulações por todo Brasil e no I Encontro Nacional da Unificação dos Movimentos pela Moradia foi fundado o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) que “teria a missão de lutar por mais justiça social através de ações que pressionassem os governos a investir em habitações (...) e possibilitar uma vida mais digna aos moradores”. (Ibidem, p. 02-03).

Ainda para Scherer (2005), através desse movimento de luta a área do bairro em questão foi ocupada no dia 7 de dezembro de 1991, um total de 357 famílias cadastradas, entre pedidos de reintegração de posse e resistência das famílias. O apoio de diversas instituições religiosas com o auxílio de mantimentos, os sindicatos da região, repressão por parte da Brigada Militar, negociações com os governantes e a cobrança de infraestruturas para as famílias assentadas. Em 1998 a inauguração da Escola Marista Santa Marta com 900 vagas para crianças da pré-escola até a 4ª série, em 2001 uma nova escola para a ocupação a Escola Estadual Assentamento

Santa Marta e depois, em 2003, para atender a demanda é inaugurada a Escola Municipal Adelmo Simas Genro atendendo cerca de 700 estudantes.

Com essa contextualização, pode-se observar a importância dos sujeitos em construir a história dessa região, foram muitos os percalços dessas famílias para as mínimas conquistas relacionadas as necessidades básicas e o acesso a bens e serviços públicos, lutas compartilhadas entre toda a comunidade para que melhorias pudessem ser conseguidas. Em 2005, o autor supracitado concluiu seu trabalho especificando que a migração para aquela região ainda é crescente e precarizada, pois se concentra em lugares destinados a área de lazer (área verde) ou em lugares mais abastados com dificuldade de acesso e transição de pessoas.

A falta de serviço para muitas pessoas e falta de convívio comunitário, que poderia ser proporcionado pelas áreas verdes inexistentes, intensifica a criminalidade. Esta criminalidade está preocupando os moradores que neste ano reivindicaram mais segurança (...) Completam-se 14 anos da ocupação que originou a Nova Santa Marta. Muitos problemas são rotineiros das mais diversas famílias das vilas que compõem a comunidade. Porém muitas melhorias e mudanças ocorreram durante esses longos anos sofridos. (...) Restam agora para os moradores dar continuidade as lutas que garantiram o que existe de bom na comunidade. Os próximos anos de história deverão ser mais uma vez construídos pelos moradores. (SCHERER, 2005, p. 30-31).

Hoje, doze anos depois dessa análise feita por Scherer, esse território ainda está em constante transformação, a falta de espaços de lazer é apontada assim como a falta de convívio comunitário, pois são poucas as ações realizadas de forma coletiva. Algumas convocadas pelas escolas da região, mas que não se expandem a uma considerável parte das pessoas. Uma maior infraestrutura em relação as escolas se faz presente, porém há apenas uma escola com ensino médio, a Escola Santa Marta, as demais Escola Marista e Escola Municipal Adelmo Genro continuam suprimindo a demanda de ensino fundamental e educação infantil. Nesse primeiro nível de educação houve também um avanço com a creche Sinos de Belém, mas a demanda recorrente é maior do que a oferta de vagas. Outra conquista foi a Unidade de Estratégia da Saúde e da Família presente nesse território.

Na região também se instalou o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Oeste, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) está especificado que o CRAS deve executar os serviços de proteção básica, que correspondem a prevenção da situação de risco a partir de potencialidades e aquisições e a atuação no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os programas, projetos e serviços desenvolvidos devem ter como objetivo o acolhimento,

a convivência e a socialização entre famílias e indivíduos, além dos benefícios de prestação continuada e benefícios eventuais que compõem esse nível de proteção.

O CRAS por ser uma unidade pública estatal está estrategicamente localizado de acordo com o território, pois as áreas em que está inserido são aquelas cujo o amparo do Estado está prejudicado, por isso chamadas de áreas em vulnerabilidades. Essas vulnerabilidades tem as mais diversas causas, podem ser por pobreza, por privação ou precarização ao acesso à educação, renda, saúde, segurança, por discriminações sociais de classe, etnia, gênero, etária, deficiência, etc. Além do que já foi elencado como função dessa unidade, também é papel dela a articulação com as demais políticas públicas locais fazendo o encaminhamento para a rede sócio-assistencial. (PNAS, 2004).

A leitura da territorialidade dessa região aponta diversificadas formas de se analisar um local, pois traz as potencialidades dos sujeitos e suas mobilizações de luta para adquirir direitos constitucionais com qualidade. Ao mesmo tempo, passados anos, ainda mostra as precariedades e os poucos investimentos para melhorias nesse espaço.

2.2 A CATEGORIA TRABALHO EM SUA AMPLITUDE

A categoria trabalho está na centralidade de qualquer discussão no âmbito do Serviço Social, pois é da contradição entre o trabalho e o capital que surge o objeto de intervenção dos/as assistentes sociais que é a questão social, a qual, segundo lamamoto (2015, p. 27-28) “[...] é apreendida como o conjunto das expressões sociais das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] sendo de desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que a ela resistem e se opõem”.

O exercício profissional do/a assistente social está envolto entre a produção de desigualdade e a produção de rebeldia e resistência, cabe a esse/a profissional buscar estratégias criativas dentre as possibilidades e contradições oferecidas pela realidade a fim de efetivar direitos, além do projeto profissional do Serviço Social que visa a emancipação humana (Ibidem).

Nessa perspectiva, faz-se importante a apreensão do conceito trabalho, visto que ele é amplo e dependendo do contexto analisado pode ter significados distintos, no que tange a concepção de trabalho no seu fundamento ontológico, Barroco (2005) aponta que, para Marx essa categoria é o que difere os seres humanos de outros

seres vivos por permitir a eles a capacidade de planejar a partir da consciência e racionalidade a transformação da natureza com finalidade de sanar suas necessidades coletivas. Já que o trabalho:

[...] só se objetiva socialmente, de modo determinado: responde as necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes [...] O trabalho e seu produto, a cultura, fundam a história, autoconstrução dos próprios homens em sua relação recíproca com a natureza. (BARROCO, 2005, p. 27-28).

Nesse sentido é através das relações sociais criadas pelo trabalho que o homem adquire a capacidade de ter consciência, sociabilidade, liberdade e universalidade, que para Barroco (2005) denominam-se mediações capazes de proporcionar a emancipação humana.

Na sociedade capitalista o trabalho tem um viés contraditório, lamamoto (2015), coloca que os objetos produzidos pelos homens frutos das suas necessidades são transformados em mercadorias pela sociedade burguesa.

Segundo Trindade (2011), as consequências sociais da Revolução Industrial² transformaram o modo de vida da população, as riquezas da burguesia aumentaram consideravelmente e a desigualdade social, o desemprego e a alienação³ em relação à produção estava posta à classe trabalhadora. No feudalismo os artesãos eram donos de seus instrumentos, produziam seus artigos para uma rede pequena de compradores e colhiam os seus resultados. Com a modificação para o sistema manufatureiro essa independência passou a ser inexistente, pois os artesões começaram a trabalhar para capitalistas-mercadores de encomendas que serviam de intermediários como repassadores de produtos.

[...] os artesãos sem vínculos com a agricultura, produziam mais artigos para a venda do que para o consumo pessoal, contribuindo assim, de maneira decisiva, para o surgimento da produção mercantil. O progresso das trocas

² Começou no final do século XVII com os avanços da ciência sobre as tecnologias principalmente nos maquinários de indústrias. Marx, Engels (2008), diz que com o declínio do feudalismo para a manufatura abrem-se novos mercados através de uma demanda cada vez maior, nesse mesmo sentido a manufatura passou a não dar conta das necessidades exigidas pelo mercado então criou-se um novo modelo de produção, “no lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários”.(Idem, p. 10).

³ Para Konder (2008), as causas da alienação estão no surgimento da divisão do trabalho, na apropriação privada dos modos de produção e ainda, no aparecimento de classes sociais “[...] As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um ‘estranhamento’ entre o trabalhador e o trabalho, uma vez que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se *aliena* nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões. (KONDER, 2008, p. 30, grifos do autor).

conduziu ao surgimento do dinheiro como moeda padrão [...] simultaneamente com o desenvolvimento da produção e das trocas ocorreu a paulatina concentração da propriedade produtiva nas mãos daqueles que foram acumulando riquezas (dinheiro, gado, terra, ferramentas, etc.) [...] Ao longo desse processo histórico efetivou-se a total desvinculação dos produtores reais dos seus meios de produção. Estes, passaram a ser propriedades da burguesia [...] restando ao antigo proprietário dos meios de produção, unicamente a propriedade de sua força física e mental. (GOMES, 1991, p. 33-34).

O empresário se configurou no dono dos novos meios de produção e começou a agregar vários trabalhadores assalariados em suas fábricas sob o seu comando, acirrando o trabalho individualizado e específico, logo, o trabalhador não tinha mais consciência da fabricação do seu produto inteiro, mas apenas por partes, o que contribuiu para o total desconhecimento do trabalhador em relação a sua capacidade teleológica de produção, tornando-o alienado. A produtividade crescente dos maquinários contribuiu para a substituição do trabalhador pela máquina dispensando uma grande gama de força de trabalho existente e gerando o exército de reserva⁴ – com a função de manter o baixo custo dos salários dos empregados (TRINDADE, 2011).

Iamamoto (2015), destaca que, com o amadurecimento do capitalismo e a globalização da produção⁵ e dos mercados, o trabalho se tornou cada vez mais coletivo e a apropriação da produção, das condições e da atividade referente a ele cada vez mais privada. Essa desigual divisão das riquezas socialmente produzidas mostra que o desenvolvimento nesta sociedade está na possibilidade do homem ter acesso à natureza e a tudo que vem a ser realizado através dela, porém de forma desproporcional gerando a acumulação e a concentração para uma minoria enquanto produz miséria e pauperização em diversos países para uma extensa população.

Para Antunes (2006), o mundo do trabalho contemporâneo está delineado por uma nova categoria que está inserida nos trabalhos parciais, temporários, precários, subcontratados, terceirizados que estão vinculados a economia informal e que o autor

⁴ Para Gomes (1991), exército de reserva é a nomeação dada por Karl Marx sobre o contingente da população desempregada flutuante formada pelo desenvolvimento do sistema capitalista a partir da Revolução Industrial – que diminuiu consideravelmente o número de empregados nas indústrias. Essa população desempregada atende “à reprodução do capital, em função da contínua divisão de trabalho que se opera a nível de produção, da comercialização e dos serviços;” (Idem, p. 53). E ainda, é “por intermédio dessa massa humana desempregada ou subempregada, exercer pressão sobre a política de salários, tendo em vista que o capitalista se utiliza do potencial humano migrante no sentido de forçar a queda do ganho real dos trabalhadores citadinos mais qualificados.” (Idem, p. 53).

⁵ Iamamoto (2015) aponta que a globalização foi um fenômeno que contribuiu para o acesso a produtos em várias partes do mundo “[...] cujo os componentes são fabricados em países distintos” (IAMAMOTO, 2015, p. 27).

nomeia de subproletarização. Esse novo modo de prestação de serviços vai de encontro com o trabalho formalizado em lei, regulamentado por carteira de trabalho com abrangências aos direitos sociais e proteção social que seria o vínculo empregatício.

Uma das consequências do trabalho informal é a não coesão dos trabalhadores,

[...] Para a classe operária/trabalhadora é de fundamental importância impulsionar o desenvolvimento da técnica que, conjuntamente com a socialização do trabalho pelo capital, determina maior coesão nas organizações de classe. Isso eleva o grau de consciência de classe, atributo de valor primordial à libertação do trabalhador como classe explorada, portanto, dominada. (GOMES, 1991, p. 53-54).

A socialização do trabalho citada anteriormente é inerente ao desenvolvimento do capitalismo, pois com o trabalho assalariado tanto empregadores como trabalhadores estabelecem, mesmo que de forma desigual, uma relação contratual, em que o primeiro entra com os meios de produção e o segundo com a força de trabalho, para o sistema vigente existir ambos precisam da existência um do outro. (GOMES, 1991).

Para Marx, Engels (2008), a burguesia ou o capital produziu a classe de proletários (os trabalhadores modernos), classe essa que vai destruir o sistema capitalista, nas palavras de Gomes (1991, p 54),

Desde que nasceram as relações capitalistas surgiram as contradições entre os detentores dos meios de produção (os patrões) e os detentores das forças de trabalho (operários/trabalhadores); e a história das lutas operárias tem sido e continuará sendo o grande motor a impulsionar a classe trabalhadora para se organizar na obtenção de conquistas sociais mais abrangentes. (Idem, p. 54).

Sendo assim, é através do trabalho que proporciona ao homem, mesmo que de forma restrita na sociedade capitalista, a socialização com os outros homens, a consciência e a liberdade por onde se poderá fazer a transformação da atual sociedade. Tem sido por essas organizações que, no presente, estamos avançando, e que, em tempos sombrios como o da atual conjuntura estamos tentando resistir contra as inúmeras tentativas de retirada de direitos, os quais foram conquistados através de árduas lutas pela classe trabalhadora.

2.1.1 A exploração infanto-juvenil na sociedade capitalista contemporânea

Tendo por base o que foi exposto anteriormente, pode-se afirmar que para a manutenção e reprodução do sistema vigente é necessário que este esteja sempre buscando a produção excessiva afim de retirar o máximo de lucro do que está sendo produzido. Nas palavras de Gomes (1991, p. 52) “[...] A exploração da força de trabalho do homem assalariado tornou-se necessidade histórica vital para a sobrevivência do capitalismo como modelo político, econômico e social.”.

Nessa perseguição incessante por gerar ganhos com mão-de-obra barata é que está calcada a inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, pois “[...] quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres e crianças [...] Só há instrumentos de trabalho, cujo preço varia conforme a idade e o sexo.” (MARX; ENGELS. 2008, p.21). Foi o que ocorreu em nível de Brasil, tendo em vista que a história das crianças e adolescentes, constituiu-se por muitas mazelas e violações de direitos até a criação da Constituição Federal de 1988 e posteriormente, nos anos 1990, na consagração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que minimizaram, mas ainda não erradicaram definitivamente a exploração infanto-juvenil no país.

Segundo o IBGE na Pesquisa Nacional de Amostras por Domicilio de 2015, dados de 2012-2013 apontam que o número de pessoas trabalhando na semana de referência da pesquisa no Brasil, de 5 a 9 anos de idade é de 61 pessoas, de 5 a 13 anos é de 506 pessoas, de 10 a 13 anos é 446 pessoas, de 14 ou 15 é 807 pessoas e com 16 ou 17 anos é de 1.875 pessoas. Sendo que, pela legislação brasileira, como posto no ECA (1990), o trabalho só é permitido a partir dos 14 anos na condição de aprendiz com especificidades referente as condições de trabalho e fiscalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Silva (1999) explica que o trabalho infanto-juvenil no Brasil está em muitos casos relacionados com a semi-escravidão, pois é uma das condições que mantém o sistema capitalista em desenvolvimento, dessa forma, o trabalho infanto-juvenil é estrutural e não cultural. Para o autor a tríade pobreza, evasão escolar e exploração precoce no trabalho estão conectadas.

Segundo o IPEA (2015), a taxa de informalidade analisada no ano de 2013, na faixa-etária entre 15 e 17 anos é de 76,53%, bem superior as demais idades

analisadas como a faixa-etária considerada juventude pelo Instituto que é dos 15 aos 29 anos - que possuem a taxa de trabalho informal de 38,16%. No texto é apontado que além da situação de pobreza e privação para ajudar nas condições econômicas da família para os adolescentes entre 15 e 17 anos, também estão postas as condições de desenvolvimento dessa fase que compreende “um desejo de autonomia, liberdade e emancipação, além de um sentimento de urgência pela realização de novas experiências” (Idem, p. 14).

Para Sakamoto⁶ (S/A) a inserção dos jovens no mercado de trabalho está marcada pela precariedade, falta de carteira assinada, má remuneração, informalidade, trabalhador/a doméstico/a sem carteira e contribuição para a previdência social. O que está relacionado com a evasão escolar e falta de alternativas do mercado formal. Outro ponto discutido é a ligação entre a exploração infantil e o tráfico, o autor aponta que não deixa de ser uma forma de inclusão no trabalho que responde a uma demanda da sociedade capitalista.

Minayo (2001) chama atenção para o estigma que moradores de regiões periféricas são expostos, nesse sentido evidencia ao que ela chama de precariedade de projeto de vida – em que essas pessoas acabam por buscar alternativas para as suas necessidades de subsistências no tráfico de drogas, no subemprego com péssimas condições de trabalho e empregos desqualificados.

De acordo com o Decreto nº 6.461 de 2008, está listado as piores formas de trabalho infantil, a lista está dividida entre os trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança e os trabalhos que são prejudiciais à moralidade. No primeiro item constam o serviço doméstico; a agricultura e pesca; o trabalho na indústria em geral; na construção; entre outros. A segunda parte destina-se aos locais em que os/as crianças e adolescentes estejam em contato com lugares obscenos, com pornografia, venda de bebidas alcoólicas e a exposição a qualquer tipo de abuso.

Sakamoto (S/A) refere-se ao trabalho infantil doméstico como um dos mais velados e de mais difícil notificação, mesmo que, no Brasil, no ano de 2011 tenha alcançado o número expressivo de 258 mil adolescentes de 10 a 17 anos trabalhando na casa de terceiros, desses 94% são do gênero feminino. Outra questão que se apresenta com muita recorrência em diversas regiões brasileiras é a exploração sexual infanto-juvenil, porém não há muita pesquisa no campo para fornecer

⁶ O autor é o coordenador da edição da revista Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos sociais. Com o título: Brasil livre do trabalho infantil.

indicadores atualmente, a primeira e de grande impacto foi a Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil (Pestraf) em 2002. Hoje em dia os dados são correspondentes ao “Disque 100”, mas não são exatos, pois as demandas são diversificados nesse atendimento.

Para Leal (2002), os exploradores sexuais ou traficantes de mulheres e meninas atraem as vítimas sugerindo condições de trabalhos decentes com um bom salário, como empregadas domésticas, babás, atendentes em restaurantes, vendedoras, modelos, etc. E ainda, compram crianças de famílias pobres para exploração. Desse modo, o público-alvo atingido por essa problemática é um grupo que não tem condições ou acesso a emprego, educação, trabalho e renda, segurança alimentar e demais direitos.

O que está em jogo é a satisfação do desejo sexual (o ato sexual, de propriedade do consumidor), o lucro (acumulado pelo mercado, proprietário da mercadoria) e as relações de poder, exploração e dominação sobre mulheres, crianças e adolescentes, e situação de vulnerabilidade social, no contexto da prostituição, do turismo sexual, da pornografia e de outras formas de exploração do trabalho forçado e escravo [...] A banalização desta violência não é visível apenas nas relações de mercado, ela se entranha nas relações familiares, no Estado e na sociedade como se fosse uma relação natural, corroborando a omissão e o silêncio, que culturalmente se esconde sob o manto moralista repressivo, patriarcal, dificultando a desmobilização da ação do usuário e das redes de comercialização do sexo. (LOPES, 2002, p. 184).

Dessa forma, a exploração do trabalho infanto-juvenil é inerente ao sistema capitalista e está diretamente relacionada com as desigualdades produzidas por ele, a crise no mundo do trabalho acentua a miserabilidade, a pobreza e como forma de subsistência e estratégia muitas pessoas encontram a saída no trabalho precoce e precarizado, na prostituição, no tráfico de drogas.

2.3 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL

A educação está elencada pela Constituição Federal do ano de 1988, assim como a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância e a assistência aos desamparados como um direito social. Será desenvolvido aqui, algumas informações sobre o sistema escolar brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Constituição Federal de 1988 e a expansão dos direitos sociais e ainda uma reflexão sobre os dias atuais envolvendo a educação pública.

Pela Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), observa-se que a educação é abordada de forma ampliada e interpretada por diversos fatores que venham a compor a formação humana, desenvolvendo-se através do convívio com a família, da comunidade, das relações sociais estabelecidas através do trabalho, nas manifestações culturais, nos movimentos sociais, etc.

Através dessa mesma Lei, consta o dever do Estado em garantir a educação pública e gratuita nos diferentes níveis de aprendizado, como creche e pré-escola para criança de zero a seis anos de idade; ensino fundamental para qualquer público que ainda não está alfabetizado não tendo restrições para idade, ensino médio, além de ofertar o ensino noturno regular para estudantes, que por ventura, não conseguem fazer uso dos turnos da manhã e tarde, a exemplo de pessoas que trabalham nesses turnos. É de incumbência do Estado também o atendimento especializado a estudantes com necessidades educacionais especiais, bem como pessoas com deficiência.

Para Carvalho (2011), direitos sociais são os serviços e ações oriundos das articulações entre governo e sociedade civil ofertados para os cidadãos, essa dimensão de direitos teve um grande enfoque na Constituição de 1988, através do processo de redemocratização nos anos 1980. O autor faz uma crítica à grande expectativa que houve na época, de que com a reformulação do regime de governo, por si só, já se alcançasse todos os direitos vinculados à cidadania.

Porém, o que de fato ocorreu foi uma grande ofensiva neoliberal⁷ nos anos 1990 e embora se pudesse eleger representantes políticos, ter mais participação e liberdade para as organizações sindicais, outros problemas continuaram a crescer. O IBGE (2006), aponta que a diferença de renda entre os mais ricos e mais pobres em 1960 era de 34 vezes a apropriação de riqueza dos 10% mais ricos em relação aos 10% mais pobres e, em 1990, esse número passa para 78 vezes. Assim sendo, a desigualdade social cresceu muito nesse período, bem como a dificuldade de proporcionar o desenvolvimento com justiça social.

⁷ Para Netto (1995), em meados do século XIX, a ordem do capital entrou na era do monopólio, o que colocou em cheque muitos preceitos utilizados na teoria liberal tradicional que não conseguiam mais ter consistência nem no âmbito econômico e nem político naquele momento, necessitando a burguesia novas fontes teóricas para consolidar seu projeto de interesses individuais e privatista, surge uma nova corrente denominada ofensiva neoliberal, que utiliza “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”. (NETTO, 1995, p. 77). Sendo assim, tem como objetivo enaltecer e transferir as responsabilidades do Estado para o setor privado.

Na síntese de indicadores sociais do IBGE (2016) houve uma queda nesses dígitos, em 2015, a relação entre os 10% mais ricos e o rendimento médio dos 40% com menores proventos é de 11,4 vezes maior. Enquanto nos anos de 2005 era de 15,5 vezes mais. Porém, observa-se, que atualmente o panorama apresenta uma conjuntura diferente que não prioriza essa redução de desigualdade de renda, ou seja, é bastante provável que esse número volte a crescer.

A autora Fleury (2008) observa que para além de “direitos constitucionalizados” também deveria ter se pensado em direitos institucionalizados realizados através de políticas públicas. As investidas do Estado voltadas apenas para o setor econômico e sem preocupação com os direitos sociais foram o que mais dificultaram a realização efetiva da Constituição Cidadã.

O sistema de ensino Brasileiro distribui funções para cada esfera e essas colaboram entre si, mas também possuem certa autonomia para realizar suas atribuições, a União deve elaborar o Plano Nacional de Educação e dar suporte para os estados e municípios prestando assistência técnica e financeira, colaborando para a formulação das diretrizes curriculares visando a formação de base comum entre as escolas, além de fazer a avaliação do rendimento escolar em nível fundamental, médio e superior. O município tem como prioridade o ensino fundamental e a educação infantil e os estados devem colaborar com os municípios na oferta de ensino fundamental, mas tem como ação prioritária oferecer o ensino médio. (LDB, 1996).

A educação escolar é composta de educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e a educação superior. Observa-se o Art. 22 da LDB “(...) A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (1996, p 14).

Assim como nos anos 1990, hoje no Brasil são tempos de uma ofensiva conservadora neoliberal muito forte, são inúmeras PECs, PLs e reformas⁸ que tem como objetivo restringir ao máximo os direitos sociais, com o foco principal no desmonte dos direitos trabalhistas com a lei de terceirização e reforma da previdência e na área de educação com a aprovada reforma do ensino médio. Ainda não se sabe exato, até mesmo porque essa reforma aprovada só se dará a partir do ano de 2018, quais serão os seus rebatimentos, mas acredita-se que serão negativos.

⁸ São respectivamente: projetos de emenda constitucional, projetos de leis e reformas propostos pelo legislativo, referentes a direitos civis, políticos e sociais que alteram a legislação e constituição vigentes.

Segundo a LDB (1996) o ensino fundamental deve desenvolver no educando a capacidade de aprendizagem da leitura, escrita, cálculo, artes, tecnologia, compreensão dos aspectos sociais, naturais, políticos, além dos valores e noção de cidadania para conviver em sociedade. Destaca-se a importância do ensino médio no aprofundamento dos conteúdos estudados nos anos fundamentais, além da preocupação da formação ética do estudante desenvolvendo sua capacidade crítica com autonomia para que possa compreender as conjunturas presentes e ter consciência dos processos históricos de transformações da sociedade (LDB, 1996).

Dessa forma, se faz muito importante a inserção e conclusão dos/as adolescentes na formação de educação básica, pois a não realização dessa etapa pode acarretar diversas consequências para esse público alvo.

2.4 A EVASÃO ESCOLAR, O CICLO DA POBREZA, A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E O RISCO SOCIAL

Nesse subitem será abordado a relação entre a educação e a renda e as consequências da evasão escolar para o não rompimento do ciclo da pobreza e os agravantes da situação de vulnerabilidade e risco social. Para Ney; Souza e Ponciano (2010), um dos grandes problemas brasileiros relacionados a desigualdade de renda é, sem dúvidas, a grande disparidade do nível escolar, a dita desigualdade educacional que acarreta não só a não expansão do ensino como também provoca uma heterogeneidade educacional.

[...] nem todos os jovens se beneficiam da mesma forma da expansão do ensino, ela também pode aumentar a desigualdade na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho e, dada a relação entre educação e renda, produzir futuras desigualdades de rendimentos. (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010, p. 33-55).

Portanto, o não acesso ou a não conclusão das etapas de ensino, como a educação básica e a educação superior, irão gerar futuras disparidades entre os jovens, pois a lógica de mercado tem como um dos pré-requisitos a formação escolar ou superior, e tende a fazer escolhas entre os selecionados para o trabalho conforme o nível de educação, e ainda, diferenciar o valor de remuneração de acordo com o nível de ensino atingido. Para além desse ponto, também faz recortes sobre cor e classe, já que o preconceito e a discriminação muitas vezes fazem parte desses processos de seletividades.

A evasão escolar, para Filho e Araújo (2017) tem distintas formas de interpretação e conceituação, fazendo com que não se possa definir exatamente a evasão e o abandono escolar. O Ministério da Educação, (2014, p.15) aponta a evasão escolar como uma “interrupção no ciclo de estudos, [que] deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos”.

Dore e Lüscher (2011), evidência que a evasão pode estar interligada à diversas situações como a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição ou do sistema de ensino, a não conclusão de um nível de ensino, o abandono e posterior retorno para a escola. Podem também estar relacionada com aqueles indivíduos que nunca ingressaram em qualquer nível de ensino. Além disso se constitui em um processo cumulativo e dinâmico em que o estágio final culmina na saída do estudante da instituição de ensino.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), a razão entre a população de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo em todas as suas modalidades pelo número de pessoas nessa faixa-etária multiplicado por cem, no país é de 54,92%, ou seja 45,08% dos brasileiros com mais de 18 anos não possuem a conclusão desse nível de ensino. No Rio Grande do Sul, o percentual é de 43,71% de pessoas com essa faixa-etária sem a conclusão do ensino fundamental. No que trata o ensino médio, o número de não formados é ainda maior, no Brasil são 62,11% da população, no RS - a taxa é 62,27%. Os dados de IPEA (2015), mostram que entre os adolescentes de 15 a 17 anos não concluintes da educação básica são 83,6% um número expressivo de cerca de 1,4 milhões de adolescentes.

A heterogeneidade educacional entre pessoas, a discriminação de gênero e cor, a distribuição de riqueza, os contrastes de desenvolvimento entre regiões e as desigualdades, são fatores estruturais que colaboram para a concentração de riquezas. Estudiosos sobre os determinantes de renda no país, destacam a educação como um dos principais fatores para diminuir a disparidade de renda, para isso é preciso a inclusão de políticas sociais que incentivem o acesso, o ingresso e a permanência na educação básica e a expansão a educação superior. (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010).

Essas políticas sociais não devem estar só ligadas a educação, mas sim de forma intersetorial com outras áreas, pois como já mencionado anteriormente, se as

desigualdades de renda e educação estão associadas, deve ser feito um enfrentamento conjunto que proporcione as pessoas mais pobres acessar um direito e permitir que, a partir disso possam se colocar em melhores posições socioeconômicas, garantindo-lhes a possibilidade de melhor qualidade de vida. Ney; Souza; Ponciano (2010) discorrem sobre a herança de escolaridade, geralmente nas famílias com baixo grau de ensino, a geração seguinte tende a manter o mesmo nível dos pais ou responsáveis.

[...] o rendimento familiar e o apoio dos pais são de fato determinantes mais importantes do nível de escolaridade das pessoas do que a disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais, uma política de democratização do acesso à educação não deve se resumir ao aumento da oferta do ensino público de boa qualidade. Ela também precisa incentivar a demanda da população de baixa renda por educação, enfrentando alguns fatores responsáveis por sua restrição, como a fome, necessidade do trabalho infantil para o sustento da família, ou pouco interesse dos pais em incentivar os filhos a estudarem. (NEY; SOUZA; PONCIANO, 2010, p. 33-55).

Analisando os dados disponíveis no texto dos autores antes citados, segundo eles o acesso a 1ª série do ensino fundamental, no ano de 2007, era universal, tanto pobres como ricos tinha um percentual bem aproximado, 96,4% e 99,5%, as disparidades aumentam no decorrer do ensino fundamental, “o maior problema está na evasão contínua no grupo dos mais pobres, que provoca um sucessivo aumento da desigualdade de oportunidade educacional.” (Ibidem, sem p.). O percentual de concluintes no ensino fundamental é de 95,9% dos mais ricos e 61,9% dos mais pobres, uma diferença de 34%. No nível médio, os jovens pobres de 17 a 19 anos, com ensino médio incompleto são 26,5% e completo 12,3%, enquanto os jovens ricos 35,1% e 54,3% respectivamente.

Conforme o IPEA (2015) no que tange o trabalho informal de jovens, pode-se afirmar que este tem uma correlação direta com a escolaridade. No ano de 2003, os jovens entre 15 e 29 anos com o ensino fundamental incompleto possuíam a taxa de informalidade de 64,34%. Quanto menor a faixa-etária maior é a percentagem, jovens de 15 a 17 anos são 90,8% no mercado informal, de 18 a 19 anos 69,78%. Com o ensino fundamental completo e médio incompleto, para jovens de 15 a 29 anos, o percentual é 48% e para os com o ensino médio completo com essa mesma idade a taxa cai para 26,56%.

Outro apontamento feito pelo Instituto é em relação a informalidade ser maior para jovens que conciliam trabalho e estudo, do que para aqueles que apenas

trabalham, isso decorre muito pela jornada de trabalho que precisa ser parcial para que se consiga ter conciliação entre as duas atividades. Os dados de 2013 do IBGE mostram que de 15 a 29 anos a taxa de trabalho informal para jovens que trabalham e estudam é de 48,14% enquanto jovens que só trabalham é de 35,30%.

Para os dados do IPEA (2015), pode-se fazer um recorte de cor para brancos e amarelos de 15 a 29 anos a porcentagem de informalidade é de 31,53%, enquanto para pardos, pretos e índios é de 44,2%. Na faixa-etária de 15 a 17 anos para brancos e amarelos a taxa é de 67,83% enquanto pretos, pardos e índios alcançam 82,81 do percentual. Entre 18 e 19 anos o primeiro grupo tem o número de 38,87%, enquanto o segundo 51,73%. É importante chamar atenção para a disparidade entre esses dois grupos na faixa-etária mais jovem, pois é a qual estão cursando e finalizando a educação básica.

Pensando sobre essa questão, pode-se dizer que as pessoas que mais necessitam de renda ou do trabalho para a sobrevivência, são aquelas mais mal remuneradas. Ou pior, são aquelas inseridas em trabalhos precarizados, ou subempregos por não possuírem um nível escolar mais elevado e a sua produção pode ser mais excedente do que as dos demais, mas mesmo assim o valor salarial será inferior porque é relativo à sua formação educacional.

Para o IPEA (2015), situação de vulnerabilidade é uma expressão usada para ampliar o entendimento de pobreza, buscando compreender que são aspectos que vão além da falta de recursos financeiros, mas também a precarização de acesso a direitos civis e sociais que deveriam ser providos pelo Estado, entre eles podemos destacar a educação, saúde, moradia, segurança, etc. Nesse sentido, observa-se aqui variações de situações de vulnerabilidades, que se somam e podem se tornar um risco de vida, ou seja estas pessoas se encontram em situação de risco social.

A partir do momento em que se sobrecarregam no trabalho pelas condições apresentadas, pela precariedade, pelo ambiente físico, pela pressão de produtividade, entre outros condicionantes da lógica capitalista de acumulação e produtividade exacerbada podem adoecer e ser encaminhados para a política de previdência. Em 2015, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS, 2015) dos 4,3 milhões de benefícios concedidos, 88,5% eram previdenciários, sendo 43,5% por auxílio-doença. Ainda existe a possibilidade de não ter a cobertura de direitos trabalhistas, então quando incapacitadas para o trabalho precisam de políticas e programas de transferência de renda ou da assistência social.

A emancipação dessas pessoas sobre esses programas e benefícios fica quase impossibilitada, pois o cerne do problema que é romper com esse processo através da educação e da interlocução entre as políticas públicas sociais e econômicas, não está sendo resolvido e esse ciclo de pobreza vai passando de geração em geração.

Outra problemática é a não inserção no mercado de trabalho, principalmente dos jovens — e a procura de formas alternativas para a sobrevivência, como o tráfico, que acarreta em graves consequências, entre elas o encarceramento e a mortalidade juvenil. No atlas da violência de 2016 (IPEA, 2016), em 10 anos o crescimento de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos em nível de Brasil foi de 16,4%, o número desse público alvo delineado foi de 31.419 mortos em 2014, sendo eles 26.672 homens e 4.757 mulheres.

Destaca-se, também o nível de escolaridade das vítimas de homicídios, nos homens com a faixa etária de maior prevalência desse crime, 21 anos, constatou-se que em indivíduos que possuem menos de 8 anos de estudo, ou seja, sem o ensino fundamental completo, as chances de serem vítimas são de 5,4 vezes mais do que as pessoas com maior nível escolar. E ainda, 15,9 vezes maiores do que alguém que ingressou no ensino superior. (Ibidem).

Dessa forma, fica evidente que a criminalização e mortandade das classes mais baixas estão extremamente associadas a falta de direitos, tanto civis como sociais, não só o acesso, mas a permanência a bens públicos universais, como a educação. Esta que como posto anteriormente é a maior influência sobre a renda e as condições de trabalho da população e que através dela e da redução da desigualdade educacional e de renda que se pode tentar transformar os índices de desigualdades sociais no Brasil. É nesse sentido que essa pesquisa busca tomar conhecimento sobre a evasão escolar dos/as adolescentes moradores/as de regiões em situação de vulnerabilidade social. No capítulo seguinte será abordada a metodologia empregada nessa pesquisa.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os processos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, abordando o método, o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta, o desenho e os procedimentos necessários para a análise do conteúdo. Pretende-se aqui retratar o desenvolvimento da pesquisa que resultou nesse Trabalho de Conclusão de Curso.

Faz-se relevante conceituar o que é pesquisa, para Prodanov; Freitas (2013) a pesquisa se realiza através de um estudo planejado, norteado pelo problema ou questões de pesquisas de interesse do investigador, com a finalidade de descobrir respostas utilizando o método científico.

Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Podemos dizer que, basicamente, pesquisar é buscar conhecimento. Nós pesquisamos a todo momento, em nosso cotidiano, mas, certamente, não o fazemos sempre de modo científico. (Ibidem, p. 43).

Porém a pesquisa científica vai além da procura por resposta, ela segue uma sequência de fases enquanto atividade de cientificidade: preparação da pesquisa; trabalho de campo; processamento dos dados; análise e interpretação dos dados; elaboração do relatório de pesquisa. Para um estudo ser científico ele deve discutir fatos relevantes que sejam bem fundamentados, deve ter alguma utilidade para a comunidade, sendo um assunto inteligível e claro, que traga novidades a respeito do tema, tenha um organização e sistematização dos dados, clareza nos procedimentos, e ainda o autor deve demonstrar certo domínio sob o assunto a ser desenvolvido propiciando uma abordagem e recriação crítica do material coletado. (Ibidem).

Minayo (2002, p. 16), compreende por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. A autora acrescenta que deve ser incluso na metodologia as concepções teóricas de abordagem - a teoria e a metodologia são intrínsecas e indissociáveis, outro ponto que deve estar inserido é o conjunto de técnicas, que nada mais é do que o instrumental utilizado na metodologia - que deve ser bem elaborado de forma coerente e clara.

A metodologia dessa pesquisa é do tipo quantitativa e qualitativa, está dividida em duas partes, a primeira no processo de análise retrospectiva de documentos e, a segunda, na análise de conteúdo por meio de entrevista.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 56) a pesquisa documental tem como objetivo utilizar “informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.”. Porém se faz importante que o autor/a tenha criticidade na hora de escolher esses materiais levando em conta se são confiáveis e pertinentes ao trabalho.

No que tange aos tipos de pesquisas, a de natureza quantitativa busca expressar em números a evasão escolar e entre as escolas pesquisadas comparar a com maior taxa desse abandono escolar.

Segundo os autores supracitados, nesse tipo de pesquisa, considera-se que tudo pode ser quantificável, as informações são resultantes dos números obtidos, são classificadas e analisadas por meio de recursos e técnicas de estatísticas, como a percentagem, a média, etc. “[...] No desenvolvimento da pesquisa de natureza quantitativa, devemos formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação.”. (Ibidem, p. 70).

No que se refere a pesquisa do tipo qualitativa Minayo (2002), aponta que ela traduz aquilo que não pode ser quantificado, respondendo a questões mais particulares que não conseguem ser tão completas em uma abordagem apenas quantitativa, “[...] O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam” (Ibidem, p.22). Por esse motivo optou-se nessa pesquisa pela utilização dos dois tipos quanti-qualitativos, a fim de ter uma maior compreensão da realidade investigada, buscando uma precisão mais abrangente.

A pesquisa documental foi feita a partir da análise do ano de 2016 dos cadernos de chamadas nas escolas pesquisadas e da lista final oferecida pelas secretarias das escolas que continham a relação dos estudantes concluintes, reprovados e também os que evadiram no respectivo ano. Os dados analisados foram fornecidos pelas escolas privada, municipal e estadual: Escola Marista Santa Marta, Escola Municipal Adelmo Simas Genro e Escola Estadual Santa Marta ambas do bairro Nova Santa Marta e dados do Conselho Tutelar presentes na Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI).

A listagem utilizada para o estudo de evasão foi dos/as estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, em ensino regular matriculados/as em todo ano de 2016 com todas as turmas dessas séries. Sendo

assim, foram incluídos na pesquisa todos/as os/as estudantes adolescentes em ensino regular, matriculados no ano de 2016 nas três escolas. O período da coleta e análise dos dados foi em outubro de 2017.

As observâncias desses dados compreendiam identificar quantitativamente a escola, dentre as três selecionadas, que mais evadiu, bem como as séries que mais são evadidas. Para os dados coletados no Conselho Tutelar foram apreciados os condicionantes que contribuíram para a evasão do/a adolescente mensurando em números os que mais apareceram nas fichas analisadas.

Na parte qualitativa da pesquisa foram realizadas entrevistas com três conselheiros/as tutelares do Conselho Tutelar da Zona Oeste de Santa Maria, que também ocorreram no segundo semestre de 2017, no mês de outubro. O critério estabelecido foi o de maior tempo de gestão no Conselho Tutelar, sendo assim, as três pessoas escolhidas foram as que estiveram nesse órgão há mais tempo, logo as que possuíam menor tempo estavam excluídas.

Os objetivos dessa entrevista estavam centrados em compreender os condicionantes que podem determinar o abandono escolar por parte dos/as adolescentes desse bairro, visto que, os/as profissionais entrevistados/as possuem uma relação direta com os/as sujeitos/as pesquisados/as fazendo a mediação para o retorno acadêmico desses/as estudantes. Foram abordadas questões como a percepção desses/as profissionais acerca das demandas recebidas sobre a evasão, quais os principais fatores que corroboram para ela, quais os elementos presentes na Ficai, bem como a existência de uma faixa-etária sendo pico para esse abandono escolar. Outro ponto que buscou saber foi se a situação de pobreza e miserabilidade poderiam ser considerados agravantes no índice de evasão.

No decorrer da pesquisa foram tomados todos os cuidados éticos para não expor os/as sujeitos, os dados foram coletados mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria e da 8ª Coordenadoria Regional do estado do Rio Grande do Sul, bem como das escolas envolvidas na pesquisa e do Conselho Tutelar da região oeste.

3.1 O MÉTODO DA PESQUISA

O método científico que foi aplicado na análise dessa pesquisa foi o método dialético, visando uma interpretação que corresponda a explicar o conteúdo com base

em sua totalidade, historicidade, contradições e mediações, essas que são categorias do método dialético marxista.

Para elucidar melhor essas categorias, utiliza-se o conceito de dialética por Konder (2008), que aponta que a mesma obteve variações durante os tempos, mas na concepção moderna, baseia-se na análise de que realidade se constitui de forma dinâmica, ou seja, em ela está em constante mudança, e que em sua essência ela é contraditória.

Segundo Frigotto (1987), para a dialética ser materialista e histórica ela não pode se constituir em uma doutrina ou ser fundada em uma perspectiva de categorias que não-historicizadas independentes do contexto social. Sendo assim, ela deve dar conta da totalidade, do que é particular e específico, ou seja, dar conta das categorias que são construídas historicamente como: totalidade, contradição, mediação, alienação, etc.

Para contextualizar essas categorias, faz-se uso de Konder (2008, p. 36), para ele “a totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem”, é uma visão de conjunto que busca desvelar a estrutura significativa da realidade, essa visão de conjunto permite ao homem avaliar a dimensão de cada elemento relacionando-o com o todo. Destaca-se que por a realidade estar em movimento, essa síntese deve ser provisória e nunca esgotada de possibilidades, ou seja, a realidade deve ser pensada de forma dinâmica.

No que tange as categorias de contradição e mediação, ainda para o autor antes abordado, essas duas são intrínsecas, quando analisamos uma obrigatoriamente pensaremos na outra, a primeira é resultante da própria realidade que cria unidades contraditórias, e a segunda, são os meios, as escolhas que nos levaram a determinado ponto. A contradição para a dialética é o que movimenta os seres e a sociedade.

A Alienação nada mais é do que um ‘estranhamento’ entre o trabalhador e o seu o trabalho, pois o produto do trabalho, antes mesmo de ser transformado, pertence a outra pessoa que não o trabalhador. Esse processo traz o distanciamento do trabalhador em reconhecer suas atividades produtivas, além de que, com a divisão sócio técnica do trabalho, passa a produzir partes e não consegue visualizar o todo do seu trabalho. (KONDER, 2008).

A dialética é muito mais exigente do que o irracionalismo. Para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada (em vez de

inventar totalidades e procurar enquadrar nelas a realidade), o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade. (Ibidem, p. 43-44).

Para Kosik (1995), a dialética é a “coisa em si”, mas não é revelada à primeira vista ao indivíduo, pois à realidade é posta, mas não compreendida, mesmo nas coisas mais contraditórias não enxergam o mistério, apenas o aparente, já que estão familiarizados, o que o autor chama de práxis fragmentada dos indivíduos.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. (Ibidem, p. 11).

A esse mundo o autor supracitado identifica o pertencimento dos mundos: dos fenômenos externos, do tráfico e da manipulação, das representações comuns que são aderidos a consciência humana através de ideologias e dos objetos fixados como condições naturais que parecem alheios as atividades sociais dos homens. (Ibidem).

O método dialético apreende uma interpretação dinâmica e totalizante, através da investigação dos fatos nos aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, entre outros, que tenham relevância para o tema e os resultados da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). Nesse sentido esse método busca compreender a realidade em sua totalidade, perpassando contextos estruturais importantes - não se detendo apenas aos números, mas sim correlacionando criticamente a conjuntura e a estrutura com as realidades presentes na vida dos/as pesquisados/as.

Salienta-se que para obter domínio sobre esse método é imbuído ao/a pesquisador/a ter - o que no Serviço Social é primordial, atitude investigativa, essa que Fraga (2010), aponta como uma permanente curiosidade que permite o/a investigador/a ir além das referências que o cercam, [...] “consiste numa postura inquieta e curiosa” (Ibidem, p. 52).

Dessa forma, cabe ao/a pesquisador/a saber manusear os dados e informações coletados, contextualizando-os com as categorias metodológicas e mantendo-se atento a novas contribuições, abrindo espaços para o inesperado e construindo novas categorias para que seu estudo possa ser mais completo e abrangente.

3.2 AMOSTRA E ANÁLISE DOS DADOS

A respeito da amostra dos dados quanti-qualitativos dessa pesquisa, os de origem documentais, como já mencionado foram retirados dos cadernos de chamadas do ano de 2016, e das listagens finais presentes nas escolas pesquisadas que disponibilizam os números de evadidos/as totais. Tendo como amostra, a listagem de adolescentes no ano de 2016, em anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio (1º, 2º e 3º ano), em estágio regular das três escolas em questão, Escola Marista Santa Marta, Escola Adelmo Genro e Escola Santa Marta e ainda. Além das Ficais analisadas no Conselho Tutelar também correspondentes ao ano já mencionado.

No que se refere aos dados qualitativos a amostra representa os/as três conselheiros/as tutelares da região oeste de Santa Maria – RS. Esses dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas.

A análise dos dados quantitativos foram a partir do uso da estatística simples, fazendo um comparativo com a lista dos cadernos de chamadas dos/as estudantes matriculados/as no início do ano a ser pesquisado, com idade de 12 a 18 anos, das escolas antes elencadas, observando os/as estudantes que permaneceram até o final do ano. Esses dados foram separados por anos e turmas e os nomes do público alvo substituídos por números. Aponta-se que a idade dos/as estudantes que abandonaram o ano letivo nesse período foi também uma informação explorada.

Para Barbetta (2005), quando a variável em uma pesquisa for mensurada numericamente existem muitas possibilidades de técnicas de investigação para serem incorporadas. Em uma análise de estatística simples o comum é armazenar os dados em uma matriz ou quadro, em que cada coluna represente uma variável e cada linha um correspondente. Para que se possa explorar as variáveis é preciso distribuir as frequências, para o autor antes citado, isto consiste na organização dos dados a partir dos diferentes resultados, sendo que as categorias obtidas na coleta vão ser substituídas por códigos numéricos que facilitarão a criação de tabelas e gráficos. Para a construção de distribuição de frequência qualitativa, deve-se contar ou somar a quantidade de resultado para cada categoria correspondente.

A análise qualitativa dos dados ocorreu através da análise de conteúdo, que para Bardin (1977) tem três etapas: pré-análise; exploração do material e; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira, corresponde a

fase de organização e tem o intuito de sistematizar e operacionalizar ideias iniciais. É nessa etapa que é feita a escolha pelos dados coletados, assegurando se estes vão ser pertinentes, representativos, homogêneos, etc.

No que refere a exploração do material, essa consiste na codificação do que foi coletado, para que então se chegue na terceira fase desse processo, o tratamento e interpretação do resultados obtidos. A codificação é a transformação dos dados brutos, a partir de regras – que representará o conteúdo acerca das características presentes no texto, levando em consideração três escolhas⁹: as escolhas das unidades, ou os recortes; as regras de contagem, ou a enumeração; e, por fim, as escolhas das categorias, ou a classificação e agregação (Ibidem, p. 103).

Para Bardin (1977, p. 101), é no estágio de interpretação que “[...] Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos [...] e válidos”. É nesse momento que o/a pesquisador/a irá confrontar o que foi obtido com as interpretações e referências teóricas já manuseadas anteriormente, bem como, irá se manter na procura de novos elementos que possam embasar as informações vigentes.

⁹ Para Bardin (1977), as três escolhas correspondem as regras para codificação dos dados de pesquisa. Nesse trabalho, os recortes foram feitos, com inspiração na autora antes mencionada, através da unidade tema, que geralmente é utilizada para questões abertas de entrevistas, “[...] fazer uma análise temática, consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação”. (Ibidem, p. 105). Em relação a categorização, Bardin (1977), separa esse processo no inventário, ou, isolar os elementos, e, na classificação – que organiza tais elementos.

4 RESULTADOS

4.1 A EVASÃO NAS ESCOLAS DO BAIRRO NOVA SANTA MARTA E O FUNCIONAMENTO DA FICAI

Os resultados dessa pesquisa se detiveram a analisar os e as adolescentes estudantes das escolas do bairro Nova Santa Marta que apresentaram a evasão total, ou melhor, dizendo, o abandono sem retorno para a escola no ano de 2016. O número de estudantes que a pesquisa abrangeu foi de 828 dos anos finais do ensino fundamental e dos três anos de ensino médio. Desses/as 58 (7%) evadiram e 770 (93%) não.

Em relação as idades dos/as adolescentes no ano pesquisado, 32 (49%) são maiores de 18 anos, 24 (36%) são menores de idade e 10 (15%) possuem 18 anos. Conforme o gráfico 1 abaixo:

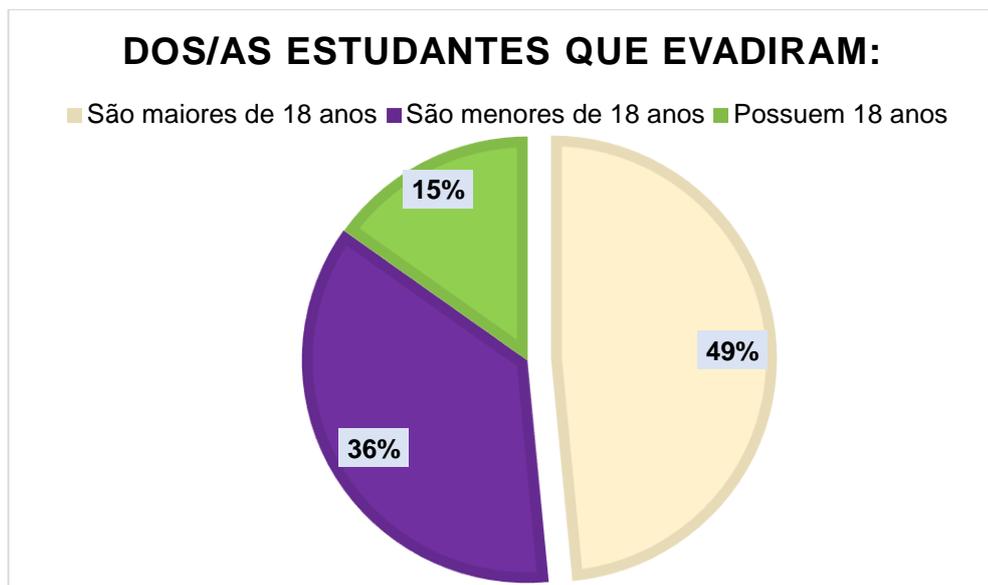


Gráfico 1- Dos/as estudantes que evadiram. Fonte: elaborado pela autora.

Observa-se que a amostragem desse trabalho compreende adolescentes de 12 a 18 anos, sendo assim, dos/as estudantes que evadiram totalmente se somam a percentagem de 51%. Ou seja, apesar da evasão de todas as escolas não ter uma grande significância, ela atingiu 34 adolescentes moradores/as desse bairro.

Entendendo que a pesquisa é direcionada para a evasão na adolescência, os resultados a seguir correspondem a totalidade dos 34 estudantes entre 12 e 18 anos,

nesse sentido, a taxa de evasão entre as escolas segue de 20 estudantes (59%) do ensino estadual, 10 (29%) do privado e 4 (12%) do município. O percentual para cada escola¹⁰ é respectivamente: 7,16%, 2,46% e 2,58%. Destaca-se, uma importante informação obtida em duas escolas pelos/as funcionários/as que mediaram à coleta, de que, por vezes os/as estudantes evadem, mas na lista das secretarias constam como reprovados/as e não como abandono escolar. Isso prejudica a precisão dos dados extraídos nessas escolas, já que algumas turmas não foram possíveis analisar os cadernos de chamada, somente essa listagem oficial.

Segundo o Censo escolar 2014/2015 disponibilizados por DEED, INEP (2017), sobre a taxa de evasão nacional por série na educação básica, ocupa a maior relevância o 1º ano do ensino médio com 12,9%, seguido do 2º ano desse mesmo nível com 12,7%, após, aparece o 9º ano do ensino fundamental com 7,7%, o 3º ano do médio com 6,8%, 8º ano do fundamental com 4,9%, e ainda, o 7º e 6º ano ambos com 4,7%.

Na especificidade do bairro Nova Santa Marta os números diferem dos fornecidos pelo Censo, para facilitar a compreensão, segue separadamente os gráficos 2 e 3, por nível de ensino com a evasão por série.

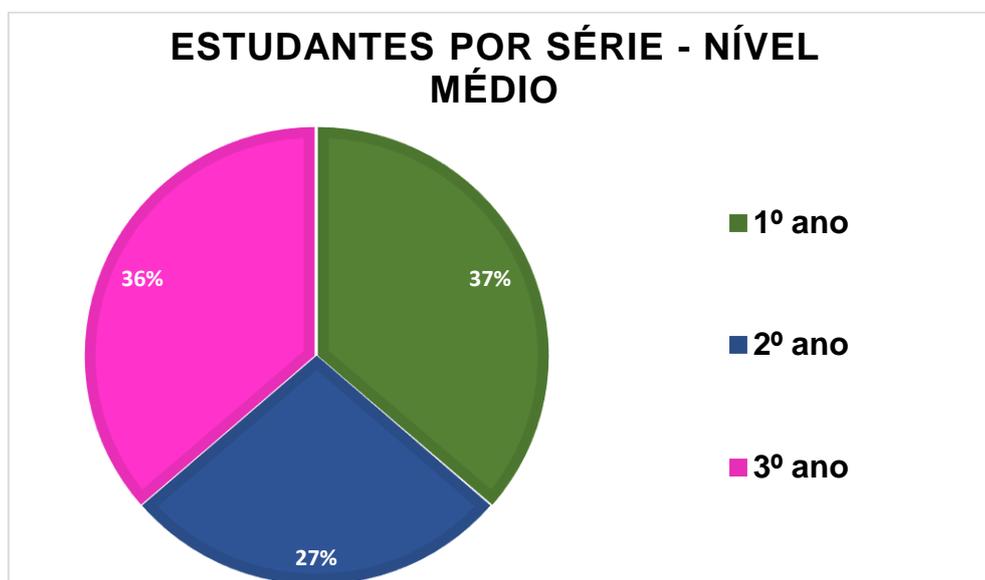


Gráfico 2 – Estudantes por série: nível médio. Fonte: elaborado pela autora.

Na mesma perspectiva, segue o outro gráfico:

¹⁰ Para calcular o percentual geral de cada escola, utilizou-se o número de estudantes analisados/as de cada uma delas e o número de estudantes que evadiram que fazem parte da amostra da pesquisa.

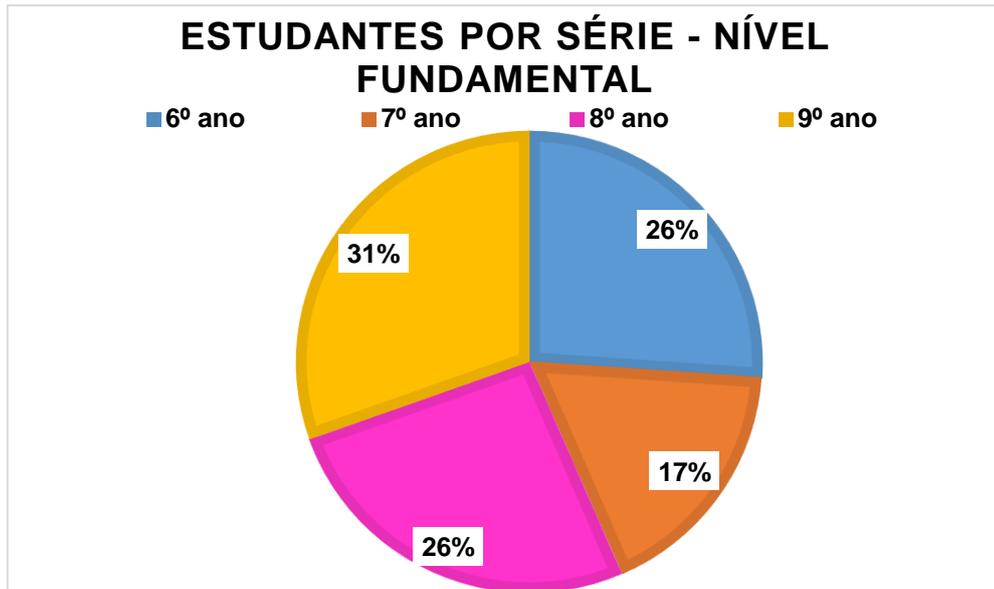


Gráfico 3 – Estudantes por série: nível fundamental. Fonte: elaborado pela autora.

No fundamental, a divisão por série sequencialmente é: 31% (7 estudantes) para o 9º ano, 26% (6 estudantes) para o 8º e 6º ano cada e 17% (4 estudantes) para o 7º. Já no médio o 1º ano constitui 37% (4) dos/as adolescentes, o 2º com 27% (3) e o 3º ano 36% (4). A percentagem por nível de ensino ocupa 68% (23 estudantes) para fundamental e 32% (11 estudantes) para médio, salienta-se que apenas uma das escolas possui esse último nível.

A hipótese desse trabalho é reiterada sobre o 9º e 8º ano serem as possíveis séries mais evadidas no fundamental, mas atenta-se também para a relevância do 6º ano. No que diz respeito ao nível subsequente, compreendia-se que no 1º ano ocorreria mais abandono, o que foi confirmado. O turno é algo a se pensar, dos/as que evadiram a maioria são do diurno 30 adolescentes (88%), enquanto apenas 4 do noturno (12%).

No que trata das entrevistas realizadas com os/as conselheiros/as tutelares da região oeste de Santa Maria, com finalidade de desvelar os motivos que corroboraram para a evasão escolar, foram entrevistados/as três funcionários/as mais antigos/as desse órgão. Sendo assim, o/a Entrevistado/a 1 está trabalhando como conselheiro/a desde 1999, informou que ficou um tempo fora e retornou para outra região, e, somente em 2016 com a nova eleição assumiu o cargo na zona oeste. Os/as Entrevistados/as 2 e 3 ambos/as estão desde 2012 no Conselho Tutelar.

A respeito da evasão escolar dos/as adolescentes estudantes nas escolas do bairro Nova Santa Marta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, os/as

três entrevistados/as concordam que o índice da evasão escolar no ano de 2016 foi elevado, para o/a Entrevistado/a 1 ele está aumentando. Já o/a Entrevistado/a 3 aponta que apesar de os anos de 2016 e 2017 serem atípicos por conta da paralisação¹¹ dos docentes estaduais, em 2016 foram recebidas muitas fichas Ficais.

Quando perguntado sobre os elementos que a Ficaí traz para esclarecer de alguma forma a questão do abandono escolar, o/a Entrevistado/a 2 fala que a ficha não traz muitas informações sobre o motivo da evasão “a FICAÍ em si não traz nada que nos ajude, o motivo, o abandono”. O/a Entrevistado/a 3 explica que na ficha tem alguns elementos que são preenchidos pelas escolas, como dados dos e das estudantes, o endereço, telefone, entre outras informações. Além de um campo que permite colocar um histórico sobre o/a aluno/a, nos seus termos:

[...] existe na ficaí sim os campos, tanto da escola como tem depois os campos que o conselho tutelar preenche e se não resolver no conselho tem os campos do Ministério Público também. A ficha é bem completa, o sistema ele é, não perfeito, mas um sistema que consegue contemplar bem as necessidades da questão da evasão

O/A Entrevistado/a 1 aponta que muitas vezes o motivo informado é “negligência familiar e desinteresse do aluno que é a campeã”. Nos dados analisados qualitativamente através da Ficaí Online disponibilizados pelo Conselho Tutelar, observou que os motivos apontados pelas escolas são relacionados em grande maioria ao comportamento do aluno.

Analisando 10 estudantes de duas¹² das escolas pesquisadas, verificou-se no campo das hipóteses para as faltas preenchido pelos/as professores/as, os seguintes dados: 04 constavam desinteresse do estudante; 03 em branco; 01 o/a estudante era agressivo/a; 01 pouca interação do/a estudante e apenas 01 que estava mais completo, dizia que o/a adolescente faltava para cuidar da mãe que estava doente.

Os/as entrevistados/as explicam o funcionamento da FICAÍ, o preenchimento da mesma se dá quando o/a estudante falta reiteradas vezes totalizando 20%, então a escola deve notificar ao conselho após esgotar as possibilidades de busca ativa. Nesse sentido a escola deve entrar em contato com a família buscando saber o motivo das faltas e tentando fazer a mediação para o retorno do/a adolescente para as aulas,

¹¹ Essa paralisação que culminou na greve dos/as professores/as estaduais, teve seu início desde o parcelamento e atrasos nos salários dos/as servidores/as públicos estaduais por parte do governo do Rio Grande do Sul, até o presente momento não se teve negociata entre a categoria e o estado.

¹² Uma das escolas pesquisada não relatou nenhuma ficha Ficaí, segundo os dados do ano de 2016 do Conselho Tutelar.

porém observados os relatos das entrevistas e os dados online, esse procedimento não está sendo realizado como deveria. O/a Entrevistado/a 1 diz:

[...] ela [se referindo à escola] tem que entrar em contato com o pai, com a mãe, aí ela tentou fazer tudo aquilo para que o aluno voltasse, o aluno não voltou, aí tem datas previstas [...] que a escola tem para fazer, que o conselho tem para realizar [...] que muitas a gente ultrapassa - porque o conselho tem que se dispor a ir e às vezes não tem ninguém em casa, notifica, não vem, tu demoras mais que o prazo fixado, mas isso não tem problema é o prazo mínimo, desde que tu esteja tratando dele, pode passar um pouquinho. Mas o quanto antes para essa criança, adolescente voltar, para não perder muita coisa, não ter dificuldade de retorno. Esse é objetivo de ter um prazo mínimo.

O/a Entrevistado/a 3 compartilha do mesmo pensamento:

[...] o aluno não está frequentando, existe um prazo mínimo, uma porcentagem máxima que pode atingir para a escola fazer os procedimentos que ela deve fazer e na verdade para em um terceiro momento encaminhar para o Conselho Tutelar, o que que acontece? [...] Faltou, passa todos os prazos possíveis e impossíveis e encaminha pro Conselho Tutelar e chega aqui já não tem mais o que fazer, é bem essa a palavra, tu acostumas com o não ir para escola [...] a escola pula as etapas, a primeira etapa seria: ter a rede interna dentro da escola, e tentar resgatar esse aluno e nesse momento de não conseguir resgatar esse aluno ela iria identificar – 'bom esse aluno não voltou para a escola, por esse e esse motivo' e não simplesmente porque não quer. As vezes esse campo fica aberto, fica sem preencher porque não é feito essa busca ativa com a rede interna da escola.

Para o Ministério Público do RS (2011), em uma cartilha com perguntas e respostas sobre a FICAI lançada por este órgão, explica que o surgimento da ficha se deu através de alguns artigos da LDB de 1996 que responsabilizam as escolas e as secretarias municipais de educação como articuladoras promovendo estratégias com a família para evitar o abandono escolar dos e das estudantes. Estabelecem as seguintes atribuições e prazos para cada órgão:

- a) Escola: 5 faltas injustificadas e consecutivas, ou 20% de ausências/ mês;
- b) Escola: uma semana para obter o retorno do aluno;
- c) Escola: caso não seja logrado êxito quanto ao retorno do aluno, no prazo de uma semana, a escola, no primeiro dia útil seguinte, encaminhará a FICAI ao Conselho Tutelar, devidamente preenchida, constando a síntese das ações desenvolvidas;
- d) Escola: março e agosto: informar ao Conselho Tutelar, ao Conselho Municipal de Educação, à Coordenadoria Regional de Educação ou à Secretaria Municipal de Educação (conforme o caso), o resultado obtido em relação à manutenção dos alunos na escola;
- e) Conselho Tutelar: duas semanas após o recebimento da FICAI, implementará medidas que visem ao retorno do aluno à escola;
- f) Conselho Tutelar: julho e dezembro, deverá informar aos Conselhos Municipais de Educação, a Coordenadoria Regional de Educação ou à Secretaria Municipal de Educação (conforme o caso) e ao Ministério Público as ações realizadas, apresentando dados estatísticos sobre o retorno dos alunos à escola;

g) Ministério Público: no mínimo semestralmente, deverá acionar os gestores de educação, Conselhos Municipais de educação, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e rede de proteção, através da Rede de Apoio à Escola, para discutir os encaminhamentos dos dados coletivos sobre a FICAI, com o objetivo de planejar políticas e ações necessárias à garantia do direito à educação. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS, 2011, p. 18-19).

O/a Entrevistado/a 2 também relata a não atualização dos telefone e endereços das escolas:

[...] quando a gente vai visitar a dificuldade que a gente encontra é os endereços, eles não residem naquele endereço, porque quando renovaram a matrícula, talvez não atualizaram esse endereço. Então, o que traz na FICAI ali, nem sempre corresponde à realidade, porque na FICAI consta que já foram esgotadas todas as possibilidades, visitas, telefonemas, tu visita e não acha endereço, telefone nem se fala, ninguém atende.

Disso, percebe-se que as escolas não fazem a busca que está ancorada no Termo de Cooperação¹³, que se dá primeiramente no contato com os/as responsáveis pelos/as estudantes, através de orientações sobre os deveres em relação a educação, feito isso a direção escolar deve trabalhar a temática da permanência na escola através do Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres em parceria com a comunidade e a família. Além disso cabe a escola manter cadastro atualizado dos e das estudantes com endereços e telefones, caso o contato telefônico não tenha surtido efeitos, a escola é indicada a fazer visita domiciliar, se mesmo assim não houver retorno do/a adolescente, aciona-se o Conselho Tutelar depois de findado o prazo da escola (MINISTÉRIO PÚBLICO – RS, 2011).

A ficha se dará por encerrada quando o/a estudante tiver retornado para a escola ou quando completar 18 anos de idade. Nesse sentido todas as instituições envolvidas devem ser comunicadas (Ibidem).

Pode-se compreender que essa dificuldade em realizar a busca ativa e de fortalecer a rede interna por parte da escola está também na falta de profissionais que possam suprir essa demanda. Mas, profissionais qualificados com especialidades de acordo com o que foi designado pelo Ministério Público, sendo assim, uma possibilidade emergente é a inserção do/a assistente social nas escolas públicas e

¹³ Dispões das regulações cabíveis a cada instância, sendo elas: Ministério Público do Estado do Rio grande do Sul; Secretaria Estadual de Educação; Conselho Estadual de Educação; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-RS; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação-RS; Associação dos Conselheiros Tutelares-RS; Federação das Associações dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e o Conselho Estadual de Assistência Social. Esse termo tem a finalidade de efetivar o direito de permanência na escola, através do comprometimento dos órgãos mencionados.

privadas, para fazer a articulação com a comunidade e com a própria rede socioassistencial. Pois cabe a este/a profissional a “[...] Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”. (CFESS, 2012, p. 23).

Demais fatores, segundo as entrevistas, que levam a realização da Ficaí são a repetência consecutiva e a evasão total, ou seja, quando o/a estudante evade e não retorna para a escola naquele ano, esse que é o objeto de investigação da pesquisa que originou esse trabalho.

Os/as entrevistados/as 1 e 3, indicam que não culpabilizam as escolas, porém acreditam que as mesmas não perceberam ainda a importância da ficha para combater a evasão escolar. Ambas apontam que ela foi criada no RS e depois difundida por todo Brasil e que as escolas tem dificuldades para fazer o preenchimento. O/a Entrevistada 1 afirma que:

[...] ela é muito bem amarrada, só que precisa de uma rede de atendimento, de pessoas que entendam e se comprometam. E ela é bem fácil, é online, não precisa sair da escola para preencher, e as escolas encontram uma dificuldade incrível [...] Às vezes é tão precária a situação que elas não sabem enviar a Ficaí, elas enviam e a gente tem que reenviar, elas não sabem e parece que muitas não tem vontade de aprender. Porque acham que é chato de fazer, não veem a importância [...] tudo que é burocrático não é agradável em fazer, mas depois que tu começa a fazer a Ficaí, pega à prática, logo que a gente começou a fazer [...] a gente fez curso e tudo, achávamos um pouco de dificuldade.

Para o/a Entrevistado/a 1 é preciso também instrumentos que deem condições para que seja realizada essa notificação, como internet e computadores em bom funcionamento e faz uma reflexão que muitas vezes isso não seja possível nas escolas pela falta de infraestrutura e de recursos humanos, percebendo que tudo isso afeta na qualidade da educação.

Nesse mesmo sentido o/a Entrevistado/a 1 fala sobre o acúmulo de funções por parte dos/as professores/as e dá necessidade de lecionarem em várias escolas, o que na sua opinião contribui para que percam a afinidade com os/as alunos/as,

[...] a escola já foi um espaço onde se envolvia com tudo [...] os professores não tem esse cuidado, digamos assim de avaliar outras coisas [...] Há exceções! Tem muita gente que ainda se envolve nessa situação de verificar, de analisar, de sentar com o aluno, deles não serem mais um número ou um nome na chamada, mas aquele aluno que tá ali é um ser humano que necessita de atenção individualizada.

A necessidade antes apontada está correlacionada com os salários baixíssimos dos/as professores/as no Brasil, segundo Fernandes; Gouveia e Benini (2012) houve uma desvalorização salarial dos/as professores/as brasileiros/as, com dados comparados de 1996 a 2008. Observa-se a remuneração em salários mínimos de professores/as de ensino médio nas capitais brasileiras (a partir da massa salarial paga aos/as professores/as no mês de dezembro, dividida pelo número de professores/as registrados/as). A média nacional em 1996 é de R\$ 5.866,00 e em 2008 é R\$ 4.269,00, destaca-se Porto Alegre com o salário vigente de 1996 de R\$ 4.357,00 e em 2008 (o valor mais baixo apresentado entre todas as cidades) R\$ 2.997,00.

4.2 SOBRE OS CONDICIONANTES PARA A EVASÃO ESCOLAR

No que tange a existência de uma faixa-etária como sendo pico do abandono escolar, os/as entrevistados/as 1 e 3 destacam a entrada na adolescência, a partir dos 12 anos como uma faixa etária propensa a evasão, nas palavras do/a Entrevistado/a 1: “já tem outros interesses, de sair, de namorar, de sair no intervalo”. Para os/as demais entrevistados/as outro fator que corrobora para o abandono nessa fase é o ingresso no mercado de trabalho irregular, o/a Entrevistado/a 3 menciona “14 anos é quando eles acham que não precisam mais estudar porque já podem trabalhar [...] não conseguem entender que é concomitante um com o outro”. O/a Entrevistado/a 2 aponta os 15 anos “porque eles já querem entrar no mercado de trabalho”. Sobre o gênero dos/as adolescentes a quantidade foi igualitária 17 mulheres e 17 homens.

Outra questão referida pelo/a Entrevistado/a 1 é a peculiaridade da adolescência ser “uma fase de autoafirmação” e “de achar que faz as suas escolhas”. Além disso ela/ele coloca a preocupação sobre a inversão de papéis e de os pais colocarem a posição de amigo dos filhos antes da de pais “existe pai amigo, mãe amiga, vem sempre em primeiro lugar a responsabilidade [...] para depois o companheirismo”.

Para entender melhor a adolescência, faz-se importante contextualizá-la, para Ozella e Aguiar (2008), muitos estudiosos ainda se embasam em uma ciência positivista sobre esse tema, carregados de uma visão que reproduz a ideologia liberal, tomam-na de forma naturalizada como um processo de crise vivido pelos sujeitos e não como algo construído social e historicamente.

Não podemos negar que a construção do sentido subjetivo (social, histórico e singular) do que é ser adolescente ocorre nas relações concretas, na atividade significada, e aí verificamos a importância das variáveis classes sociais, cultura, sexo, raça e idade. (Ibidem, p. 121)

Nesse sentido, por vezes, olha-se para a adolescência como um momento de rebeldia, mas não se compreende que trata de um processo intenso onde os sujeitos começam a ter mais preocupações, decisões, cobranças e responsabilidades, além de conflitos com aquilo que está sendo imposto e o que corresponde às suas vontades.

Em uma pesquisa realizada por Ozella e Aguiar em 2008, os autores analisam diferentes grupos de adolescentes fazendo recortes de gênero, etnia e classe social. No grupo de predomínio de classes mais baixas verificou-se preocupações que em outros grupos não foram apresentadas como: o sofrimento na adolescência; o medo em conseguir não um emprego e inquietação para ajudar no sustento da família. E ainda, não mencionam a universidade como um plano futuro.

Ambos/as entrevistados/as concordam que entre 14 e 17 anos, mas principalmente a partir dos 16 anos é uma faixa-etária com maior dificuldade em conseguir o resgate para o retorno à escola. Analisa-se o gráfico a seguir dos dados quantitativos:

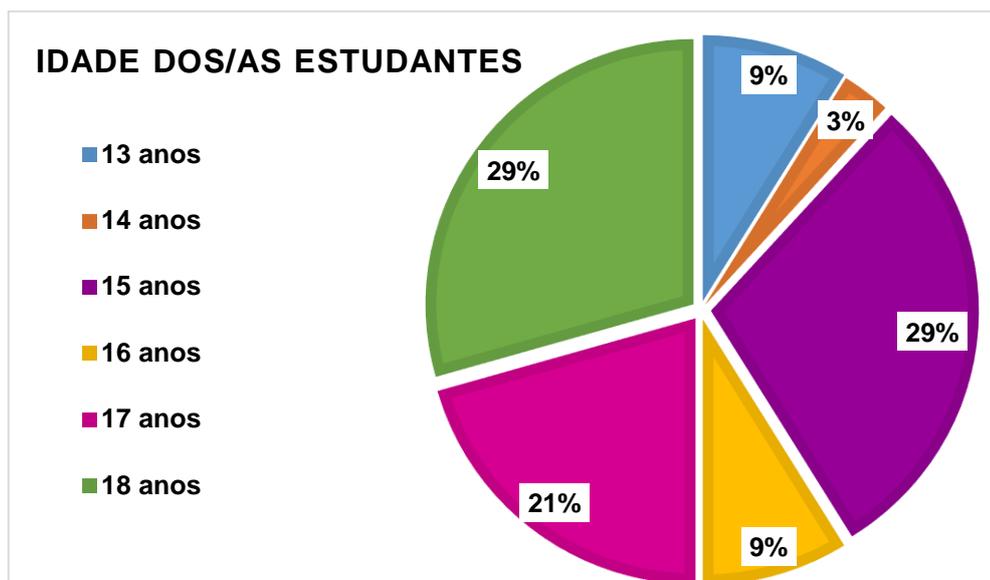


Gráfico 4 – Idade dos/as estudantes. Fonte: elaborado pela autora.

Do total de 34 estudantes que evadiram, 10 possuem 15 anos, 10 possuem 18 anos, perfazendo 29% cada, 7 estavam com 17 anos (21%), 3 com 13 e outros 3 com 16 (9% cada). E ainda, 1 estudante com 14 anos.

Em uma das escolas pesquisadas, uma das professoras relatou que muitas vezes, os/as adolescentes esperam completar a maioridade para abandonar os estudos, pois dessa forma, não terão nenhuma implicação para si ou para a família, com o Conselho Tutelar ou Ministério Público.

Importa destacar as respectivas séries desses/as estudantes, no 6º ano 04 possuem entre 15 e 16 anos, enquanto 02 tinham 13 anos, no 7º ano quatro estudantes estavam com 15 e um/a com 14 anos, no 8ª ano 2 estavam com 15 anos, 2 com 17, 1 com 18 e 1 com 13 anos, no ano seguinte, 9º, 3 tinham 15 anos, dois/duas 17 anos, um/a 18 e outro/a 16 anos. Percebe-se que a maioria dos/as adolescentes tinham idade superior as consideradas equivalentes a cada ano, possivelmente fato ocasionado pela repetência ou evasão passada.

No nível médio, no 1º ano 3 estudantes com 18 anos e 1 com 17, no 2º ano 2 com 17 anos e 1 com 18, no 3º ano os/as 4 estudantes estavam com 18 anos. Grande parte dos/as pesquisados/as já completaram a maioridade nesse nível de ensino.

Segundo o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Básica (S/A), a idade para a entrada na educação infantil é de 4 a 5 anos, pois aos 6 anos a criança deve estar inserida no 1º ano do ensino fundamental e conclui-lo aos 14 anos. Seguindo do ensino médio aos 17.

O/a Entrevistado/a 1 menciona que após a 5ª série do ensino fundamental pode-se intensificar o abandono dependendo das escolas, algumas possuem a undocência nessa série e em outras cada disciplina tem um/a professor/a diferente, nas palavras do/a entrevistado/a isso faz com que “eles percam um pouco a referência, porque trocam de professor, tem a oportunidade do intervalo deles evadirem da escola”. Para evitar que isso aconteça todos/as entrevistados/as afirmam a importância dos pais no acompanhamento escolar.

Sobre isso o/a Entrevistado/a 3 coloca como uma questão cultural, o fato de a família por não ter estudado acreditar que não é necessário que o/a filho/a estude:

[...] muitas vezes o pai e mãe são analfabetos, o filho tem que ir para escola porque é lei e é obrigação [...] não veem como uma prioridade [...] como uma coisa que vai alavancar uma melhora de vida, uma profissão, até para ajudar o pai e mãe que não estudaram. A escola vem como obrigação – ‘eu vou para escola porque o conselho tutelar me incomoda para eu ir’.

No referencial teórico desse trabalho foi discutido sobre esse ciclo que é reproduzido pelos/as responsáveis que não tiveram oportunidade de estudar ou concluir a educação básica, para os/as filhos/as. Para Ney, Souza e Ponciano (2010) alguns pais não matriculam seus filhos por desconhecerem a importância da educação como uma forma de ascender socialmente.

Existe uma desresponsabilização da família que é apresentada nas entrevistas, até mesmo uma transferência de responsabilidades entre pais e a escola, o/a Entrevistado/a 1 reporta que “os pais acham que os filhos vão para a escola para serem educados, a gente ouve aqui muitas vezes ‘depois ele vai para escola e aprende’.” O/a Entrevistado/a 3 reitera essa constatação quando diz que a evasão é uma constante “tu recebes uma Fica em março e tu tens que estar olhando ela até hoje em outubro, ligando para a mãe, dando uma conversadinha, essa orientação, fazendo essa cobrança”. Observa-se que a responsabilidade de verificar se a criança ou o/a adolescente está indo a aula é assumida pelo Conselho Tutelar.

O ECA (1990) aponta como dever do Estado, da família, da comunidade e sociedade em geral proporcionar a efetivação dos direitos referentes a criança e ao/a adolescentes, entre eles a educação.

Tigre (2013) menciona para os/as educadores/as a família tem o papel educar no sentido de limites e disciplina, enquanto a escola educa a partir de ensinamentos de conteúdo. Contudo,

[...] tanto a escola quanto a família constituem-se como agências educativas e socializadoras importantes e precisam exercer influência no desenvolvimento e nas aprendizagens do educando visando desenvolver nele habilidades que contribuam para uma participação crítica na sociedade. (Ibidem, p. 117).

Percebe-se que é inexistente um trabalho de conscientização com essas famílias sobre a importância da educação, nesse sentido, observa-se a não atuação de serviços que tem como função a prevenção a direitos violados. Entre estes estão os serviços socioeducativos destinados para crianças, adolescentes e jovens de 06 a 24 anos que visam a proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários estabelecidos entre a proteção básica da assistência social (PNAS, 2004).

Ao encontro do que foi exposto antes se dão as falas dos/as entrevistados/as, pois todos/as relatam a precarização e até mesmo inexistência da rede sócioassistencial do município, o/a Entrevistado/a 1 demonstra:

[...] infelizmente nós não temos uma rede de atendimento onde nós tenhamos atendimento psicológicos, psiquiátricos. É uma briga! Tu tens que estar toda hora requisitando [...] atendimentos [...] vai desde a fono [fonoaudiologia], uma especialista, um neurologista [...] A gente quando tem que fazer um encaminhamento para um tratamento, para um acompanhamento, a gente se depara com 'n' situações que a [...] imagina uma família fragilizada.

Reiterando a citação acima o/a Entrevistado 3 desabafa “eu estou há 11 anos na rede, trabalhando com criança, adolescente e família, às vezes eu canso porque a gente não consegue. É muito difícil, porque às vezes a gente trabalha sozinho, porque não tem rede de atendimento”. O/a Entrevistado 2 também compartilha dessa angústia “[...] Não temos um CRAS que trabalhe junto as famílias [...] o trabalho do CRAS é muito importante [...] ajuda na conscientização da necessidade da escola”.

Atualmente a rede socioassistencial no município de Santa Maria está em um processo de reestruturação, nas gestões passadas a prefeitura tinha contratos de licitação com uma empresa terceirizada e todos os profissionais dos CRAS e CREAS estavam vinculados à ela, ou seja, não eram concursados. Depois de muita luta de movimentos de várias categorias e com a posse da nova gestão em 2017, fora acordado que os profissionais que estão na frente desses serviços fossem empregados através de concurso público, porém ainda não foi aberto esse processo seletivo e o contrato com a empresa terceirizada teve seu término em 2016. Nesses locais o atendimento é feito por servidores que foram realocados de outros órgãos públicos municipais, portanto é feito de forma limitada e não consegue atender as demandas, além de não proporcionar um trabalho coerente com a Política Nacional de Assistência Social.

Além da dificuldade financeira familiar, o/a Entrevistado/a 1 traz não só em Santa Maria, mas de modo geral, que as relações afetivas estão muito instáveis e não são tão duradouras e isso pode afetar na educação “devido ao fato da troca de escola, hoje eu estou com a minha mãe, amanhã na metade do ano vou para à casa do meu pai, daí eu não me dou lá e vou para à minha avó”. Ela aponta alguns casos que durante esse ano já trocaram mais de uma vez de escola. O/a Entrevistado/a 3 indica a migração dos/as moradores/as da região analisada “essa região é de população

flutuante [...] porque eles se mudam muito”. Esses fatores corroboram na dificuldade para os e as adolescentes criarem vínculos com a escola.

Sarti (2003), aponta que as famílias em situação de vulnerabilidade geralmente possuem rupturas nos ciclos, “[...] As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos [...] ajuda a explicar a frequência de rupturas [...] diante de tantas expectativas não cumpridas”. Partindo de uma configuração das relações de gênero, a autora explica que o homem sentem-se fracassado por não cumprir com as necessidades econômicas e com os resguardo da família como provedor, enquanto a mulher tende a decepcionar-se com o projeto de casamento.

Pode-se pensar também, que, tanto a desresponsabilização com os papéis de educadores/as dos e das filhos/as, como as relações muitas vezes não duradouras, estão relacionadas com um dos fatores apontados nas entrevistas como contribuinte para o abandono escolar que é a gravidez na adolescência. Tanto o/a Entrevistado/a 1 como o/a 2 relataram esse fator, na entrevista 1 “[...] Outro problema é a questão da gravidez na adolescência, cada vez mais cedo, adolescentes com 13, 14 anos grávidas, com filho”. No mesmo sentido ele/a acrescenta “100% das situações de evasão escolar e de outros problemas que tem na família passa pela irresponsabilidade dos pais desde preparo para serem pais”.

O Ministério da Saúde (2011) indica que entre 2000 e 2010 houve uma queda na porcentagem de mães com menos de 20 anos de 23,5% para 19,3%, e que destas em 2000 eram 37,9 % e em 2010 48% que fazem o acompanhamento de sete ou mais consultas de pré-natal.

Em relação as entrevistas, outra vez vem à tona a questão da falta da rede socioassistencial e o papel do CRAS de conscientização em conjunto com as escolas, com ao/as agentes de saúde e demais profissionais dessa área. Com essa mesma preocupação, destaca-se outro trecho do/a Entrevistado/a 1 “[...] Em uma gravidez muitas vezes, mães jovens entram em depressão pós-parto, e as adolescentes hoje em dia estão tendo isso e não está sendo encarada essa responsabilidade”.

No que diz respeito a situação de pobreza e miserabilidade como agravantes para a evasão escolar dos e das adolescentes do bairro pesquisado, volta-se mais uma vez para o trabalho infanto-juvenil, o/a Entrevistado/a 2 enfatiza que “a miserabilidade é bem grande aqui! [...] A gente sente que eles tem a necessidade do

trabalho para ajudar a família financeiramente”. O/a Entrevistado/a 3 também complementa:

[...] uma família que tem cinco filhos, desses dois são adolescentes [...] e percebem que podem ajudar ou trabalhar para comprar um tênis novo, um boné, até para à questão de alimentos mesmo porque tem muitas famílias que não tem alimentação.

Nesse mesmo sentido o/a Entrevistado/a 1 aponta a descrença dos e das adolescentes pela escola por estarem já trabalhando “aquele que já está trabalhando [...] diz ‘para quê vou estudar? Vou trabalhar, ganhar dinheiro. Eles veem o momento, eles não veem que o estudo é uma preparação para eles fazerem escolhas futuras”. Porém também demonstra que existe exceções: “não que pobreza tira da escola, tem muitos que batalham e o pai influencia, já tem outro entendimento que para sair da pobreza, precisa estudar”.

Há de se problematizar que as famílias que estão nesse território pesquisado, bairro Nova Santa Marta – em sua grande maioria, estão possivelmente em situação de trabalho informal e/ou precarizado. Atenta-se para a indisposição física e psicológica que pode existir depois de uma longa jornada de trabalho dos/as responsáveis para ainda incidirem sobre os processos educativos dos/as filhos/as.

Outros fatores que apareceram ao longo das entrevistas e que contribuem para o abandono escolar são o tráfico de drogas e o ato infracional, os quais estão correlacionados com a situação de pobreza e miserabilidade, nas palavras do/a Entrevistado/a 3 “[...] Muitas vezes, esse adolescente está vendo que a família não está conseguindo dar conta das necessidades dele [...] E aí, dinheiro fácil, vender, servir de mula, então acaba parando de ir para a escola”.

Para o IBGE (2016) na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2015, num total de 1000 pessoas, em nível de Brasil, cerca de 9,2% recebem até $\frac{1}{4}$ *per capita* do salário mínimo, 17,8% até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, ou seja, 27% das pessoas pesquisadas encontram-se, respectivamente, em situação de pobreza extrema e absoluta. Sobre as origens dos rendimentos para pessoas de pobreza extrema 75,5% é o trabalho, 19,8% são aposentadorias e pensões e 4,8% outras fontes. Para pobreza absoluta para trabalho a percentagem é 56,7%, para outras fontes é de 36,3% e para aposentadoria e pensões é de 7,0%.

Além disso a partir dessa pesquisa, pode-se analisar as desigualdades regionais, levando em consideração a média nacional de pobreza extrema e absoluta

de 27%, na região norte o índice sobe para 43,1% e na região nordeste 46,1%. Enquanto no centro-oeste, no sudeste e no sul perfazem 17,7%, 17,5% e 13,7%. Outra importante colocação sobre a população de 10 anos ou mais de idade entre os 10% com menores rendimentos e o 1% com maiores rendimentos, observa-se os recortes de cor, entre os mais pobres cerca de 76% são pretos e pardos, enquanto a percentagem desses ocupa menos de 20% (18,2%) entre os com maiores rendimentos (IBGE 2016).

Leal, Macedo (2017) analisam que o capitalismo através do seu sistema de acumulação excedente e excessivo acaba por gerar a criminalização da questão social de forma mais acentuada. E, que a realidade das instituições corrobora para a manutenção e reprodução do status dominante, isso causa alguns impactos na vida das pessoas mais pobres, por consequência alimenta a ideia da criminalização da pobreza, não entendendo a pobreza como um processo estrutural e social, mas sim como algo individualizado, apenas.

Existe um processo social de criminalização seletiva de adolescentes e jovens pobres, que se materializa através de estereótipos do infrator como um garoto pobre e negro, basta olhar o perfil dos que são submetidos à medida mais grave de internação. Os dados demonstram que a punição contra adolescentes é crescente, o que contraria o senso comum da 'impunidade' [...] (GARCIA; PEREIRA, 2014, p. 142, grifo do autor).

No entendimento de Odália (2004), violência social pode ser a nomenclatura utilizada para certos atos violentos que venham a atingir de forma seletiva e com preferência alguns segmentos da população, geralmente os que já estão desprotegidos socialmente. Essa forma de violência está ligada a violência estrutural e o seu reconhecimento por parte da sociedade não implica diretamente em uma tentativa de modificação.

Nascemos, somos criados, atingimos a maturidade, sendo educados na crença de que “enquanto o mundo for mundo”, a pobreza e a miséria, infelicidade e tristeza, desamparo e promiscuidade, são o legado irrecusável de uma parte da humanidade, a mais numerosa; e que seus opostos: o rico e a riqueza, a alegria e a felicidade, o amor e a privacidade, são os apanágios de uns poucos. E que uns e outros nada têm a haver com a perpetuação dessa injustiça. (Ibidem, p. 27).

Nesse sentido a citação acima proporciona o entendimento sobre a naturalização que a sociedade tem com a desigualdade social ocorrida em suas relações estruturais perpetuadas e naturalizadas através das tradições, das normas e leis. Minayo (2001) refere-se a violência estrutural a partir do momento em que as

condições de vida das pessoas são afetadas pelas decisões histórico-econômicas e sociais. Na sociedade capitalista a pobreza é decorrente da própria estrutura do modo de produção, para que o capitalismo se mantenha precisa produzir desigualdades alarmantes, sendo assim implica a uma boa parcela da população condições precárias, enquanto poucos se apropriam do lucro da sua produção.

A violência institucional¹⁴ foi explicitada entre os relatos dos/as entrevistados/as 1 e 3 através do preconceito e até discriminação dos/as profissionais no atendimento aos/as adolescentes, para o/a Entrevistado/a 1 [...] A maioria da escolas quando o aluno, o adolescente, ele está dando problema, que ele desafia, ele enfrenta [...] já é rotulado [...] um professor passa para o outro dizendo que ninguém quer na sala de aula e aí ninguém acolhe e esse aluno evade. Segundo o/a Entrevistado/a 3: “[...] Muitas vezes os adolescentes chegam nas instituições da rede e não têm o acolhimento que deveriam ter, e aí não voltam, todo o trabalho de encaminhamento que eu fiz aqui parou lá. Nos serviços em geral. Isso acontece aqui também”.

Outros apontamentos foram feitos em relação aos determinantes da evasão escolar entre eles estão problemas neurológicos ou oftalmológicos que não são reconhecidos nem pela família e nem pela escola acarretando na repetência recorrente e, posteriormente, na evasão. Entre a negligência e a violência familiar mencionadas, destaca-se o abuso sexual¹⁵ e mais uma vez a denúncia da deficiência da rede no município, nas palavras do/a Entrevistado/a 1

Eu não sei se aumentou ou veio à tona a questão de abuso sexual [...] principalmente porque a gente não tem em Santa Maria quem trabalhe com as vítimas de violência, existe o matriciamento no HUSM, emergencial [...] posteriormente essa adolescente vai retornar para a comunidade para a proximidade dos abusadores, da família [...] e a gente não tem isso, muitas vezes é preferível essa adolescente nem ir para aquela escola.

Para Minayo (2001) a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, é aquela praticada no âmbito privado, geralmente por um familiar, e podem se expressar

¹⁴ Para Odália (2004) a violência institucionalizada se dá através de hábitos, costumes e leis que naturalizam e tomam como rotineiro a desigualdade, como se fosse decorrente das relações humanas na vida em sociedade sem analisa-la como um produto das estruturas sociais. “[...] As leis consagram os limites de violência permitidos a cada sociedade”.

¹⁵ Segundo o Ministério da Saúde (2002), abuso sexual “consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual [...] até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia”. (BRASIL, 2002, p. 13).

de vários tipos, os mais visíveis são: violência física; violência sexual; violência psicológica; negligência. Essa última está ligada a omissão no que tange as obrigações tanto da família quanto da sociedade em proverem as necessidades de uma criança, sejam elas emocionais ou físicas.

Paralelamente ao aumento do abuso sexual está à automutilação de adolescentes, na mesma entrevista, observa-se o seguinte trecho: “teve casos de meninas que se cortavam os braços [...] uma menina que teve um caso mais agravante de abuso”. Algumas vezes essa automutilação se dá para que os e as adolescentes possam pertencer a um grupo, para o/a Entrevistado/a 1:

[...] essa questão de pertencimento é muito importante, tanto pra evasão, porque tu pode pertencer aquele grupo que está saindo, aquele grupo que está evadindo, ou também, aquele grupo que está fazendo alguma coisa do momento. A questão de ser aceito ali [...] É criança, é adolescente, mas eles são bem perversos nessas situações, e aí entra o bullying, se adolescente não tem um bom preparo, um amadurecimento, de não se importar com isso, isso é bem complicado.

Existe também o interesse pelo mercado de trabalho para que os e as adolescentes possam ingressar na sociedade de consumo, pois, sabe-se que para que as pessoas “existam” dentro da sociedade capitalista, elas precisam consumir, ao contrário disso são invisíveis.

Faz-se importante evidenciar o ingresso da mulher no mercado de trabalho apontado como uma necessidade em uma das entrevistas, segundo Scorzafave, Menezes-Filho (2006), a partir da segunda metade do século XX houve um crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho em diversos países. Um dos maiores índices foi no trabalho informal da mulher por sua própria conta, através da venda de cosméticos e alimentos ou prestação de serviço como domésticas. Além disso houve um crescimento nos cargos públicos, como professoras, médicas, enfermeiras, serventes, cozinheiras.

O descaso com as coisas públicas aparece na entrevista 1, “tinham [referindo aos/as estudantes] gosto de estar na escola, orgulho! Hoje em dia não, é raro [...] Parece que as coisas públicas, elas são de todos e não são de ninguém”. É relevante analisar esse trecho para com a conjuntura em que o Brasil se encontra, no momento atual o viés neoliberal assumido com grande força pelo presidente ilegítimo ressoa para projetos de privatização, contenção de gastos com o social e para as reformas que visam retirar direitos. Como estratégia tem o apoio do poder legislativo com suas bancadas de grandes empresários, latifundiários e banqueiros, os quais utilizam como

aliado a grande mídia que tem como foco minar a consciência pública apontando apenas para a corrupção instaurada e o poder público como ineficiente e não confiável, garantindo que as pessoas se desviem do principal, para que as armadilhas neoliberais sejam implantadas.

Nesse sentido o sucateamento das coisas públicas são as maiores pautas da mídia nacional e regional, pois o mesmo partido do presidente assumiu o estado do Rio Grande do Sul, com o mesmo projeto que tem como finalidade atingir negativamente o funcionalismo estadual, através de atrasos no pagamento de salários e ameaças de modificar e exprimir direitos trabalhistas, privatizar estatais, etc.

É importante mostrar como a educação, apesar de ser um direito social que deve ser fornecida pelo Estado, acaba sendo transferida para instituições filantrópicas, como o gráfico 6 aponta.

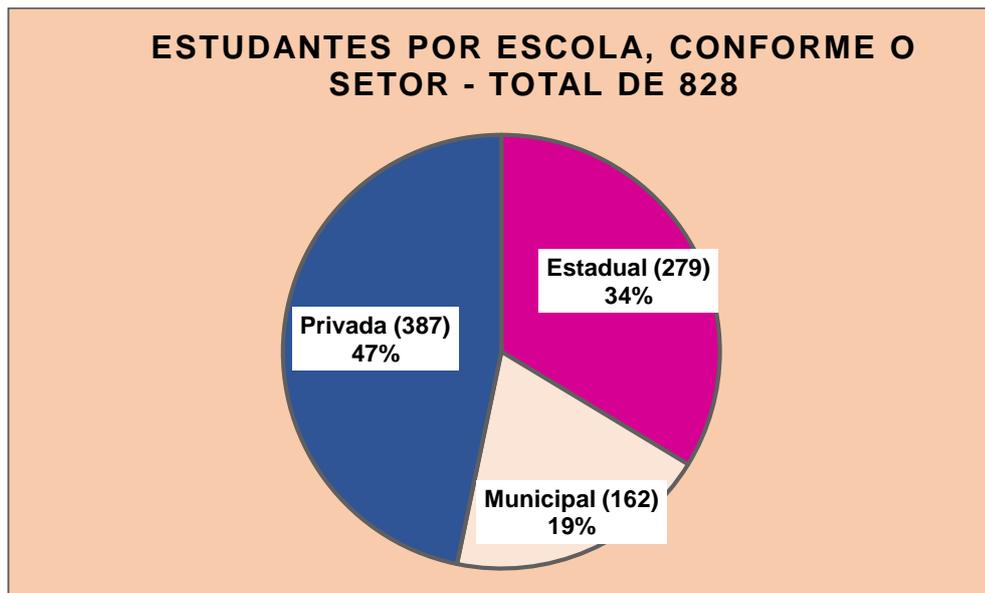


Gráfico 6 – Estudantes por escola do setor privado, municipal e estadual. Fonte: elaborado pela autora.

Entre as escolas pesquisadas a que mais oferta vagas nos anos finais do fundamental, é a do âmbito privado com quase 50% (387 matriculados/as) ela atua na região de forma filantrópica, todos/as estudantes possuem bolsa integral, em contrapartida garante desconto de impostos. A municipal que também só fornece para esse nível de ensino não chega a 20% (162 matriculado/as). E a estadual entre fundamental e médio tem 34% (279 matriculados/as).

Ambos/as entrevistados/as vem como possibilidade para a diminuição da evasão além do atendimento conjunto em rede e o comprometimento dos e das profissionais, o turno integral com cursos profissionalizantes que possam promover a inclusão no mercado de trabalho formal concomitantemente com a formação básica.

Entre os inúmeros desafios que já foram abordados, está também a escola como desinteressante aos/as adolescentes, o/a Entrevistado/a 2 menciona “um pouco o adolescente não tem muita motivação na escola”. O/a Entrevistado/a 3 percebe que “[...] os governos eles precisavam não se preocupar só em estar indo na escola, tem que estar na escola querendo estar na escola”.

Abramovay e Rua (2003) mencionam que apesar da escola ser vista como um local que impulsiona melhorias, ela pode também ser um âmbito de exclusão social, que estigmatiza e discrimina seus e suas estudantes. Essa exclusão não se dá apenas no viés econômico, por falta de renda, mas por todo desamparo que alguns grupos sofrem por bens e serviços que deveriam ser subsidiados pelo Estado. Sendo assim é também um fenômeno cultural, social, institucional.

[...] a escola, a educação e o processo de ensino-aprendizagem funcionam como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade. Além disso, nas sociedades modernas, o estudo é cada vez mais um requisito para o acesso às oportunidades de trabalho e, este último, sem dúvida, é condição essencial à sobrevivência humana. Porém, é nesse ponto de intersecção entre o estudo e o trabalho que se situa um dos mais graves problemas da exclusão social, no qual o ensino de boa qualidade abre as oportunidades e o de má qualidade, ao contrário, acentua a exclusão. (Ibidem, p. 42).

As autoras antes mencionadas apontam que nem sempre a formação escolar vai garantir melhorias de vida, e é nesse sentido que muitos/as estudantes começam a adquirir uma descrença no papel da educação. Porém, sabe-se que sem educação a piora nas condições de uma vida digna é algo majoritariamente verídico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da evasão escolar é amplo e perpassa diversos aspectos, tanto subjetivos como materiais, mas de maneira geral ambos estão relacionados com os aspectos estruturantes do modo de vida na sociedade capitalista. São inúmeros os motivos para adolescentes abandonarem a escola, foram apontados ao longo desse trabalho apenas alguns que ressoaram mais recorrentes no bairro Nova Santa Marta.

As taxas de evasão das escolas pesquisadas não mostra um grande índice, mas reitera que direitos sociais não estão sendo amparados pelo Estado e que a população que sofre com o descaso público tem classe e, conseqüentemente, cor. A não permanência na educação básica como desenvolvido ao longo do texto tem incidência na perpetuação de desigualdade, mesmo que a escola não possam garantir a redução da desigualdade de renda em si, ela pode proporcionar uma vida com um pouco mais de condições no que tange ao emprego e ao acesso a um nível maior de conhecimento acadêmico, como a inserção no ensino superior.

Algumas problemáticas foram diversas vezes reforçadas, entre elas o distanciamento da comunidade e da família com a escola. Percebeu-se que existe uma barreira muito grande no contato das instituições, até mesmo pela ineficácia da rede socioassistencial que foi trazida pelos/as entrevistados/as. Porém quem mais se prejudica com isso são os/as usuários de políticas públicas seja no âmbito da saúde,

da educação, da assistência. A não articulação e integralização dessas políticas faz um trabalho focalizado e segmentado que não consegue promover plenamente o alcance de direitos para a população.

Além disso entre família e escola, no que tange a responsabilidade pela educação fica visível que o entendimento do conceito sobre o que é educação é distorcido. Segundo a LDB (1996), ele apreende a educação como formadora de cidadãos e cidadãs críticos/as, capazes de entender as configurações sociais, que possuam contato com movimentos sociais e culturais, que obtenham formação profissionalizante e convivência familiar e comunitária.

Porém, está posto pelas entrevistas, pelos extratos de conversas informais com as escolas, pelos próprios dados imprecisos fornecidos pelas secretarias das escolas que a formação não ultrapassa o âmbito escolar. E ainda, há uma disputa entre as instâncias para a transferência de responsabilidades. Talvez justamente porque as incumbências destinada para estas não podem ser supridas com os instrumentos e recursos disponibilizados pelo Estado.

Tigre (2013), aponta uma crise na educação a “crise da escola”, a autora faz uma análise abordando diversas concepções sobre o assunto, entre elas a de que na sociedade atual a escola transmite valores da ideologia dominante, geralmente voltados para o individualismo e a competitividade, não cumprindo com o seu papel de emancipação humana, de acordo com a proposta de Marx.

Não entende-se que educação é complementar e que é dever da família, da comunidade, da escola, da sociedade em geral e acima de tudo, do Estado, como está posto na Constituição de 1988 e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Tudo isso recai para o Conselho Tutelar quando assume o papel por cobrar os/as responsáveis por meses em acompanhamento contínuo sobre o comparecimento dos/as filhos/as à escola.

Como possibilidades vê-se que uma das formas de combater essa evasão é através da conscientização das famílias para com a educação, mas isso só é possível através do trabalho em rede, por isso evidencia-se a importância do fortalecimento desta como uma estratégia imprescindível para combater a evasão. Essa conscientização deve ser estendida para as outras instituições tanto a escola, como o conselho tutelar, as unidades de saúde, o CRAS, devem se sentir agentes coletivos e corresponsáveis para intervirem na prevenção do abandono escolar.

Nesse aspecto que se reforça a importância de um/a profissional com competências e atribuições capazes de fazer essa articulação, conscientização e intervenção com os setores de proteção de direitos, como o/a assistente social. Até mesmo para aproximar a comunidade e a família da escola.

No período de estágio curricular obrigatório da acadêmica na escola privada da região, observou-se que a assistente social da escola era uma referência para a comunidade, que buscava na instituição atendimento para serviços que deveriam ser mobilizados por órgãos públicos. Mas, com a fragilização da rede socioassistencial no território, muitas famílias ficavam desassistidas e viam nesse/a profissional um contato para a viabilização dos seus direitos, mesmo está estando atendendo em uma empresa privada.

Para a acadêmica essa vivência de estágio foi muito relevante para a formação profissional, pois possibilitou a articulação entre a teoria e a prática de forma mais materializada com a observação e intervenção na realidade. Como elencado na Política Nacional de Estágio (PNE, 2010, p 10), o estágio supervisionado curricular deve possibilitar a articulação e ampliação dos conhecimentos no desenvolvimento das competências dos três eixos do SS (técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político), para que a formação direcione-se na “[...] construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora” (ABEPSS, 2010, p. 10).

Além de ver na escola um campo de infinitas possibilidades no que se refere as abordagens para fomentar uma nova ordem societária “sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Nesse sentido, que se faz muito importante que o coletivo de Serviço Social, como um todo, crie esforços para conquistar esse espaço de trabalho, pois observou-se que se faz recorrente a presença desse/a profissional nas escolas, visto que, ele/a só tende a contribuir para diversas questões, inclusive a própria evasão escolar.

Essa pesquisa buscou um maior entendimento sobre a temática do abandono escolar entre os/as adolescentes, por isso através do que foi apresentado e desvelado nesse trabalho, sugere-se que as partes responsáveis pelo Termo de Cooperação, repensem esse documento, analisando novamente a função de cada instituição e incluindo entre elas a possibilidade da área do Serviço Social. Para que, dessa forma, o combate à evasão escolar e a violabilidade de direitos tenha um maior alcance e

sejam minimizados de forma significativa e a classe trabalhadora venha a acessar os serviços e bens subsidiados pelo poder público.

Findo esse trabalho fazendo referência a epígrafe escolhida, que para a acadêmica remete muito ao exercício profissional do Serviço Social, que é utilizar tudo aquilo que nos é oferecido e aquilo que conquistamos enquanto classe, para tornar a sociedade mais justa e igualitária, é mediar as contradições a nosso favor, é nos beneficiarmos dos instrumentais que estão postos para reverter e combater a exploração. É ver em cada pequeno passo grandes transformações e conquistas para a mudança almejada no mundo. E aproveitar cada momento sendo revolucionário/a em todas as atitudes que lhe couber, como puder!

6 REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio (PNE)**. Brasil, 2010

ABRAMOVAY, M; RUAS, M. **Violência nas escolas**: versão resumida. Unesco. Brasília, 2003.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 19 abr 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11 ed. Cortez. São Paulo, 2006.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL, **Constituição Federal**, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8.069. Brasília, 1990.

_____. **Decreto 6.481**. Brasília, 2008.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Fazenda – INSS. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Brasília, 2015.

_____. **Relatório Nacional da Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **SAÚDE BRASIL 2011**: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher. Brasília, 2012.

_____. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequentes e respostas da secretaria de educação básica (seb/mec)**. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf. Acesso em: 23 nov 2017.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, São Paulo, 2011.

BARBETTA, P. Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5 ed. Editora da UFSC. Florianópolis, 2005.

BARROCO, M. L. Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3 ed. Editora Cortez. São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Ed 14. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. 10 ed. Brasília, 2012.

DEED; INEP. **Indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, 2017.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144. São Paulo, 2011.

FERNANDES, M. D. Espíndola; GOUVEIA, A. Barbosa; BENINI, E. Gustavo. **Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Rev. Educação e Pesquisa, v 38 n 02. São Paulo, 2012.

FILHO, R. B. Silva. ARAÚJO, R. M. de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Revista Educação Por Escrito, v 8 n 1. Porto Alegre, 2017.

FLEURY, S. **Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

FRAGA, C. Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Rev. Serviço Social e Sociedade, n 101. São Paulo, 2010.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. Simpósio sobre Diferentes enfoques Teóricos na Pesquisa Educacional Brasileira. Vitória, 1987.

GARCIA, J; PEREIRA, P. **Somos todos infratores**. Rev. O social em Questão, n 31. Rio de Janeiro, 2014.

GUIRALDELLI, R. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2014, vol. 17, n. 1, p.101-115.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2 ed. Contexto editora. São Paulo, 1991.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. ed 26. Cortez editora. São Paulo, 2015.

IBGE. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Projeção da população Brasil e das Unidades da Federação.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 13 abr 2017.

_____. **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional Por Amostras de Domicílios: Síntese de indicadores 2013.** Ed 2. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Estimativa de população por cidades em 2016.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431690>. Acesso em 13 abr 2017.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais 2016.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=resultados>. Acesso em 14 nov 2017.

IPEA. **Atlas da violência 2016.** Brasília, 2016.

_____. **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil.** Brasília, 2010

_____. **Juventude e Trabalho Informal no Brasil.** Brasília, 2015.

KONDER, L. **O que é dialética.** ed. 28. Editora Brasiliense. São Paulo, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto** - 6ª. ed.- Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

LEAL, M. L. Pinto. Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins sexuais. **Revista Ser Social**, no. 9. Brasília: Ser/UnB, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

MINAYO, M. C. de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. de Saúde e materno infantil.** Recife, 2001.

_____. M. C. Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Ed 21. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

NETTO, J. Paulo, **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** Ed 2. Editora Cortez. São Paulo, 1995.

NEY, M. Gomes; SOUZA, P. Marcelo; PONCIANO, N. José. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. **Rev. Científica Internacional Inter Science Place**, ano 3, n 13, 2010.

ODALIA, N. **O que é violência.** Editora Brasiliense. Coleção primeiros passos. São Paulo, 2004.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Editora FEEVALE. Novo Hamburgo, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Cartilha FICAI perguntas e respostas**. Porto Alegre, 2011.

SAKAMOTO, L. (org). **Brasil livre do trabalho infantil**. Revista Repórter Brasil Organização de Comunicação e Projetos sociais, s/a.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Ed 16. Editora Record. Rio de Janeiro, 2012.

SARTI, C. A. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. M. F. (Org.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo, 2003.

SCHERER, M. de Freitas. **Nova Santa Marta: uma evolução histórico-espacial**. Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

SCORZAFAVE, L. Guilherme. MENEZES-FILHO, N. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. **Revista Economia Aplicada**, n 10 v 1. 2006.

SILVA, F. C. Lopes da. O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. **Educar em Revista**, n15, jan-dez. Curitiba, 1999.

SPOSATI, A. Território e gestão de políticas públicas. **Rev. Serviço Social em revista**, v 16 n 1. Londrina, 2013.

TIGRE. M. das G. do E. Santo. **Escola, juventude e violência: um estudo no ensino médio**. São Carlos, SP. 2013.

TRINDADE, J. D. de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. Editora Peirópolis. São Paulo, 2011.